

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO JORNALISMO
CURSO DE JORNALISMO**

DÉBORA MADEIRA DOS SANTOS

MEU NOME NÃO É:

Uma discussão sobre o assédio na cidade de Mariana

Produto Jornalístico

Mariana

2018

Débora Madeira dos Santos

MEU NOME NÃO É:

Uma discussão sobre o assédio na cidade de Mariana

Memorial descritivo de produto jornalístico apresentado ao curso Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Tamires Ferreira
Coêlho

Co-orientador: Prof. Dr. Flávio Pinto Valle

Mariana

2018

S237m Santos, Débora Madeira.
Meu nome não é [manuscrito]: uma discussão sobre assédio em Mariana / Débora Madeira Santos. - 2019.

73f.: il.: color. (1)

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Tamires Ferreira Coêlho.
Coorientador: Prof. Dr. Flávio Pinto Valle.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Sociais, Jornalismo e Serviço Social.

1. Assédio sexual - Mariana (MG) - Teses. 2. Feminismo - Mariana (MG) Teses. 3. Espaços públicos - Mariana (MG) - Teses. 4. Movimentos sociais Mariana (MG) - Teses. 5. 343.54-055.2(815.1). I. Coêlho, Tamires Ferreira. II. Valle, Flávio Pinto. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU: 343.54-055.2(81

DÉBORA MADEIRA DOS SANTOS

Curso de Jornalismo – UFOP

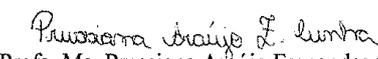
MEU NOME NÃO É:

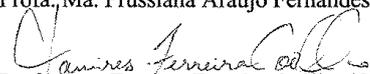
Uma discussão sobre o assédio na cidade de Mariana

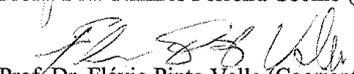
Trabalho apresentado ao Curso de Jornalismo do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Jornalismo, sob orientação da Profa. Dra. Tamires Ferreira Coêlho e coorientação do Prof. Dr. Flávio Pinto Valle.

Banca Examinadora:


Profa. Ma. Dayane do Carmo Barretos


Profa. Ma. Prussiana Araújo Fernandes Cunha


Profa. Dra. Tamires Ferreira Coêlho (Orientadora)


Prof. Dr. Flávio Pinto Valle (Coorientador)

Mariana, 21 de dezembro de 2018.

No dia que for possível à mulher amar-se em sua força e não em sua fraqueza; não para fugir de si mesma, mas para se encontrar; não para se renunciar, mas para se afirmar, nesse dia então o amor tornar-se-á para ela, como para o homem, fonte de vida e não perigo mortal.

Simone de Beauvoir

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus que permitiu que tudo isso acontecesse. Não somente nestes anos como universitária, mas em todos os momentos que fui agraciada com momentos felizes, de aprendizado e de superação. Ele é o maior mestre que alguém pode conhecer e sempre esteve comigo.

À Universidade Federal de Ouro Preto, seu corpo docente, direção e administração que oportunizam a todos seus alunos uma educação de qualidade de forma ética, um ambiente criativo e amigável com carinho e respeito.

Aos meus orientadores e amigos Tamires Coêlho e Flávio Pinto Valle pela orientação paciente, pelo apoio nos momentos em que me senti incapaz de seguir em frente e pela confiança depositada em mim e nos meus anseios ao propor esta pesquisa - intervenção.

E gostaria também de enaltecer aqui essa mulher, professora, amiga e companheira que esteve ao meu lado desde o início da pesquisa, minha querida orientadora Tamires. Eu serei eternamente grata por tudo que você fez ao longo desses um ano e meio. Mesmo de longe, não mediu esforços para que hoje eu fosse uma jornalista formada. Obrigada por estar em minha vida e por ser essa mulher iluminada, guerreira e arretada que em meio ao desespero faz a gente acreditar, sacudir a poeira e seguir lutando.

Agradeço a todos os professores do curso de Jornalismo por me proporcionarem o conhecimento não apenas racional, mas a manifestação do caráter e afetividade da educação no processo de formação profissional. A palavra mestre nunca fará justiça aos professores dedicados, aos que terão meus eternos agradecimentos.

Agradeço à minha mãe, Adriana Madeira, pelo apoio de sempre, pelo incentivo nas horas difíceis, por sempre acreditar no meu potencial e pelo amor incondicional. Ao meu pai, Fábio Roberto dos Santos, que apesar de todas as dificuldades me fortaleceu e de forma sábia me deu a mão e instruiu a seguir meus sonhos. E agradeço também ao meu irmão Nicolas, que ainda tão novo me apoiou e demonstrou carinho incondicional nos momentos de minha ausência dedicados ao estudo superior e entendeu que o futuro é feito a partir da constante dedicação no presente!

Meus agradecimentos aos amigos de Muqui e aos amigos de Mariana, companheiros de trabalho e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida.

RESUMO

Este trabalho se propõe a refletir e questionar as práticas de assédio contra mulheres na cidade de Mariana (MG). Inicialmente, foi planejada uma intervenção urbana com lambe-lambes e, diante da impossibilidade de colagem do material no centro municipal, foi agregada uma discussão sobre o uso do espaço público e de suas possibilidades (ou não) de liberdade de expressão. É abordada a violência contra a mulher considerando como ela se configura culturalmente no Brasil, em diálogo com autoras como Heleieth I. B. Saffioti (1994), Miriam Pillar Grossi (1994) e Maria da Conceição dos Santos (2015), que tratam da violência de gênero elencando os diferentes tipos de opressões. A partir de uma discussão sobre a cultura patriarcal, o trabalho também se baseia na análise de Tânia Maria de Almeida (2004), a partir da qual a sociedade se ancora e justifica essas violências contra as mulheres. Guio-me pelo conceito de observação discutido por Boni e Quaresma (2005) e a perspectiva de entrevistas semi-estruturadas a partir de Haugette (1997) para entender este contexto dentro de Mariana. Também discorro sobre o processo de produção dos lambe-lambes, definidos por Silva e Veneroso (2016) como cartazes de rua que ocupam o mesmo lugar do grafite, que são por si só subversivos e, por isso, intrínsecos aos manifestos sociais e políticos. Considerando-se que esses veículos comunicacionais permitem levar uma mensagem complexa e cheia de nuances a um grande número de locais, ele foi escolhido com o intuito de instaurar discussões e gerar diálogos sobre o cotidiano nas ruas de Mariana e como se configuram as práticas de assédio dentro da cidade. Também faço uma crítica aberta a um poder público que silencia a mulher e as violências que sofremos cotidianamente. Constatei que a cidade de Mariana preserva não apenas seu patrimônio histórico arquitetônico, mas suas opressões históricas contra as mulheres de forma arraigada ao poder público. Afinal, silenciar essas tentativas de exposição de um problema coletivo da cidade é ser conivente com ele.

Palavras-chave: Assédio; Feminismo; Lambe-lambe; Intervenção Urbana; Espaço Público.

ABSTRACT

This work proposes to reflect and to question practices of harassment against women in the city of Mariana (Minas Gerais, Brazil). Initially, an urban intervention with wheat paste was planned and, due to the impossibility of pasting this material at downtown, a discussion about the use of public space and its possibilities (or not) of freedom of expression was added. Violence against women is approached considering how it is culturally configured in Brazil, in dialogue with authors such as Heleieth I. B. Saffioti (1994), Miriam Pillar Grossi (1994) and Maria da Conceição dos Santos (2015), who deal with gender violence listing the different types of oppression. Based on a discussion about the patriarchal culture, the work is also based on the analysis of Tânia Maria de Almeida (2004), from which society anchors and justifies this violence against women. I am guided by the concept of observation discussed by Boni and Quaresma (2005) and the perspective of semi-structured interviews from Hauguet (1997) in order to understand this context within Mariana. I also discuss about the production process of wheat paste, defined by Silva and Veneroso (2016) as street signs that occupy the same place of graffiti, which are themselves subversive and therefore intrinsic to social and political manifestations. Considering that these communicational vehicles allow to carry a complex message and full of nuances to a great number of places, it was chosen in order of instituting discussions and generating dialogues about the daily life in the streets of Mariana and how the practices of harassment are configured inside of the city. I also openly criticize a government public power that silences women and the violence we suffer every day. I verified that the historical downtown of Mariana preserves not only its historic architectural patrimony, but its historical oppressions against women in a way that is rooted in public power. After all muting these attempts to expose a collective problem of the city is to be conniving with it.

Keywords: Harassment; Feminism; Wheat Paste; Urban intervention; Public Space.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. ASSÉDIO E CULTURA PATRIARCAL	12
2.1 Violências contra a mulher em Mariana	15
3. PAUTA ESTENDIDA	20
3.1 As fontes.....	21
3.1.1 Marcela.....	21
3.1.2 Amanda	25
3.1.3 Thiffany	32
3.1.4 Rayele.....	35
3.1.5 Alice	40
3.2 Percepções e perspectivas do encontro com as fontes	45
4. OS LAMBES, A INTERVENÇÃO E OS RUMOS DA PESQUISA	50
4.1 A virada: até que ponto o espaço é público?	59
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS.....	68
ANEXOS.....	72
ANEXO A – REQUERIMENTO QUE DISPÕE SOBRE CARTAZES EM MARIANA	72

1. INTRODUÇÃO

Ao iniciar a disciplina de Métodos em Pesquisa Científica, procurei por um tema a partir do qual pudesse propor uma reflexão e questionar as práticas de assédio contra mulheres na cidade de Mariana-MG. Afinal, durante a minha graduação, percorri e usufruí dos benefícios que a cidade oferece aos seus moradores, assim como também vivi situações desagradáveis comuns a muitas moradoras da cidade: o assédio.

Estar em um bar com as amigas, usar um short para ir ao mercado, ou mesmo saindo da faculdade a caminho de casa, pelo menos uma vez, em cada uma dessas situações, vivenciei homens olhando para mim e para outras mulheres e fazendo comentários indesejados e não autorizados a respeito de nossos corpos. O desconforto é nítido, ignorado pelos homens, por não sofrerem a mesma opressão, e pelas mulheres, motivado pelo medo de serem agredidas e por se sentirem ofendidas.

Através do trabalho “Meu Nome Não É..”, pretendi realizar uma intervenção em Mariana com o intuito de provocar na população a reflexão sobre o assédio verbal e não verbal que ocorre nas ruas. Conceitualmente, a definição de violência é ampla e abarca diferentes formas: psicológica, física, sexual, simbólica e moral. A Defensoria Pública do Estado de São Paulo (2014, grifo do autor) esclarece:

O assédio sexual pode ser configurado como crime, de acordo com o comportamento do assediador. Vejamos:

Assédio sexual: O assédio caracteriza-se por constrangimentos e ameaças com a finalidade de obter favores sexuais feita por alguém de posição superior à vítima. (conforme Art. 216-A. do Código Penal).

Importunação ofensiva ao pudor: é o assédio verbal, quando alguém diz coisas desagradáveis e/ou invasivas (as famosas “cantadas”) ou faz ameaças. Tais condutas também são formas de agressão e devem ser coibidas e denunciadas. (Conforme Art. 61 da Lei no 3688/1941).

Estupro: tocar as partes íntimas de alguém sem consentimento também pode ser enquadrado como estupro, dentre outros comportamentos. (Conforme Art. 213 do Código Penal: Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso).

Ato obsceno: é quando alguém pratica uma ação de cunho sexual (como por exemplo, exhibe seus genitais) em local público, a fim de constranger ou ameaçar alguém (Conforme Art. 233 do Código Penal).

As recentes campanhas e movimentos, como a #PrimeiroAssedio, realizada pela organização não governamental Think Olga e pela jornalista Juliana de Faria com objetivo de promover conteúdos que refletissem sobre a complexidade de ser mulher e sobre seu processo

de empoderamento através da informação, o que motivou mulheres nas redes sociais a falarem sobre o primeiro assédio que haviam sofrido.

O assunto também vem sendo debatido em programas de TV como o *Saia Justa*, apresentado pelas cantoras Gaby Amarantos e Pitty, pela jornalista Astrid Fontenelle e pela atriz Mônica Martelli e exibido por assinatura no canal brasileiro GNT, que trata de assuntos relacionados à temática feminista, sobre a liberdade dos corpos, a autonomia da mulher, relacionamentos, saúde, filhos, política, economia, comida, sexo, trabalho ou espiritualidade relacionando a temática do dia ao que é veiculado em noticiários e nas redes sociais e vem ampliando o debate sobre nosso papel na sociedade através de mulheres.

Ao longo das minhas leituras, procurei autoras que abordassem a violência contra mulher em diferentes escalas, autoras que dialogassem sobre a estrutura simbólica do patriarcado e seus reflexos nas questões que dizem respeito a gênero em uma análise antropológica, psicológica, nas ciências sociais e na comunicação.

Para pensar em como a violência contra a mulher se configura culturalmente no Brasil, dialogo com as autoras como Heleieth I. B. Saffioti (1994), Miriam Pillar Grossi (1994), Maria da Conceição dos Santos (2015) que tratam da violência de gênero elencando os diferentes tipos de violência, traçando um panorama histórico e social das lutas e conquistas por atendimento e leis que respaldassem as mulheres.

Além disso, busquei trabalhos que discutem, a partir da temática do assédio, a organização feminina em combater esses casos, como o das autoras Mariana Lemos de Moraes Bezerra e Kalianny Bezerra de Medeiros (2016), que averiguam a relevância, abrangência e potencialidade das práticas feministas em rede na busca da transformação social. E, para analisar as violências cometidas contra as mulheres em Mariana e sua cobertura jornalística, dialogo com o artigo desenvolvido pelas autoras Taysa Bocard, Thalia Gonçalves e Tamires Coêlho (2018) a respeito da violência de gênero na Região dos Inconfidentes. Ao trabalhar com essas autoras, teço uma reflexão sobre como a sociedade civil lida e justifica a violência contra mulher, reforçada pela cultura patriarcal e como essas práticas se configuram na cidade.

Através de entrevistas semiestruturadas com mulheres de Mariana, busco entender como o assédio afeta e molda as relações sociais e seus reflexos no cotidiano delas. Assim, utilizaria os lambe-lambes, cartazes de cunho popular geralmente produzidos de forma artesanal que carregam em suas mensagens conteúdos de cunho político ou artístico e que são colados no espaço público. Eles seriam baseados esteticamente e textualmente nas entrevistas com essas mulheres, para a intervenção que retrataria as vivências dessas mulheres neste espaço e mostrariam o lado da pessoa que é objetificada: o que ela tem a dizer e o que sente ao conviver

com o assédio nas ruas da cidade, com intuito de abrir espaços para discussão e reflexão sobre essa realidade.

Para possibilitar essa discussão, nos próximos capítulos abordo uma reflexão sobre as violências cometidas contra as mulheres na cultura patriarcal, seus desdobramentos e reflexos na vida das mulheres em uma perspectiva macro, como leis, direitos civis e movimentos. Também abordo, numa escala micro, analisando a violência dentro da Região dos Inconfidentes e como é jornalisticamente noticiada. Posteriormente, na pauta estendida, elucido sobre o meu processo de pesquisa e de desenvolvimento do projeto, sobre as entrevistas realizadas, o processo de concepção dos lambes e seu papel como ferramenta de reflexão na intervenção, assim como trago a discussão sobre o uso do espaço público e liberdade de expressão.

2. ASSÉDIO E CULTURA PATRIARCAL

Ao longo da história, mulheres são oprimidas, violentadas e invisibilizadas nos discursos jurídicos. A elas foram negados e/ou restringidos direitos fundamentais como ao voto, as leis trabalhistas, assim como os direitos de ir e vir e de se expressar. Seu papel desempenhado dentro da sociedade patriarcal era exclusivamente cuidar do lar, conceber filhos e atender aos desejos e ordens de seus maridos. Entretanto, as mulheres vêm criticando esta posição de subordinação que lhes é imposta e, paralelamente a isso, evidenciando as dificuldades para garantir seus direitos civis, comunicacionais, urbanos, políticos e sociais.

Um caminho viável para todas as reivindicações é o feminismo “movimento social cuja finalidade é a equiparação dos sexos relativamente ao exercício dos direitos cívicos e políticos” (OLIVEIRA, 1969, p.424 apud BEZERRA; MEDEIROS 2016, p.1), que na década de 1970 começou a ganhar força no Brasil dentro das universidades. Parte significativa das produções acadêmicas pautavam o feminismo e a violência contra a mulher e, junto às produções, também crescia o movimento de militância em prol de políticas públicas voltadas às mulheres (GROSSI, 1994).

Uma análise desenvolvida por Grossi (1994) sobre a violência contra a mulher no nosso país, aponta que, a partir das publicações militantes e acadêmicas da década de 1970 e dos desdobramentos de suas marchas e reivindicações, houve a criação dos postos de amparo e denúncia como o SOS Mulher e as Delegacias de Mulheres. Entretanto, eles não abarcavam as diferentes formas de violência, pois foram criados com o intuito de lidar somente com os casos de denúncias à violência doméstica.

Um dos primeiros *slogans* em protestos do movimento feminista no final dos anos 1970 foi o “Quem ama não mata” em retaliação aos assassinatos de mulheres por seus maridos ou namorados (GROSSI, 1994, p.474), erroneamente denominados pela imprensa como crime passionnal. Isso deu visibilidade a outras formas de violência, como o assédio moral, sexual e psicológico, à medida que a violência doméstica era recorrentemente exposta e contestada. Neste mesmo ano, feministas cariocas criaram a *Comissão de Violência contra a Mulher*, que teve como uma de suas primeiras atividades, manifestar apoio a cinco recepcionistas do Jornal Brasil que foram demitidas ao denunciar o assédio praticado pelo editor (GROSSI, 1994, p.474).

Apesar da atuação dos movimentos feministas da década de 1970, a violência contra a mulher no Brasil não diminuiu, pelo contrário. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2016), o Brasil registrou 1 estupro a cada 11 minutos em 2015. E, segundo

o Mapa da Violência (2015), o assassinato de mulheres negras aumentou 54% enquanto o de brancas diminuiu 9,8% neste mesmo ano.

Diante deste contexto e com muita luta, foram tomadas atitudes legais que tratassem do assunto no âmbito jurídico e ampliassem as medidas de proteção para as mulheres. Um destes passos para aumentar as medidas protetivas foi a lei 11.340/06 - Lei Maria da Penha, instaurada em 2006, resultado de uma sentença que o Brasil teve que cumprir após ser condenado pela Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, quando foi exigida a adesão de medidas legais efetivas para punição de agressores (RIBEIRO, 2016).

Antes da Lei Maria da Penha entrar em vigor, o dispositivo legal utilizado para proteger a mulher da violência doméstica era a Lei 9.099/95 - Lei dos Juizados Especiais, que visava a conciliação entre acusado e vítima. Segundo Ribeiro (2016), tal lei apenas reconhecia crimes cuja pena máxima não ultrapassava dois anos, pois são considerados de menor gravidade, possibilitando a aplicação de penas alternativas ao agressor ou um acordo entre as partes através da transação penal.

Em ocorrências voltadas à violência doméstica, tais como crimes de ameaça e de lesão corporal leve, a pena imposta ao agressor era de multa, pagamento de cestas básicas ou prestação de serviços à comunidade (RIBEIRO, 2016). Ainda que haja uma igualdade prevista na Constituição, o Brasil não trata de maneira igualitária homens e mulheres, foi preciso uma intervenção internacional, com a condenação pela Comissão Interamericana dos Direitos Humanos mencionada anteriormente, para “ajustar” a situação do sistema jurídico do país.

Apesar do crescimento de leis instauradas em prol das mulheres, da luta pela igualdade nos direitos, da aplicação de ações afirmativas e das declarações internacionais que reconhecem e se propõem a garantir oportunidades e condições igualitárias, ainda falta representatividade no poder público, igualdade salarial no mercado e respeito a mulheres que não têm interesse em construir uma família e ter filhos, como estabelecido nos moldes patriarcais.

Tais comportamentos se devem à discriminação histórica contra as mulheres, ou melhor, à supremacia histórica dos homens. A violência contra a mulher pode se configurar de diferentes formas, mas conceitualmente pode ser entendida como uma relação de dominação do homem “como uso da força física, psicológica ou intelectual para obrigar alguém a fazer algo que não está com vontade, constranger e privar de liberdade” (BANDEIRA, 2014, p. 460) e de submissão da mulher consolidada ao longo da história pelo patriarcado e que se configura ao longo das mudanças sociais.

A violência contra mulher é “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause dano ou sofrimento psicológico, físico, sexual e até mesmo a morte, tanto na esfera pública

como na esfera privada” (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994). A partir desta definição, pode-se afirmar que o assédio também se caracteriza como um tipo de violência contra mulher, pois ele é “uma ação voltada ao gênero em espaços públicos e sua materialidade se dá na objetificação do ser, isto é, tratar o outro em nível de objeto, sem considerar seu emocional e psicológico” (SAFFIOTI, 1994).

As “cantadas” de rua são entendidas socialmente como algo natural ou, ainda, como um elogio. Essa convenção social ainda perpetua devido à cultura machista instaurada em nosso modelo de sociedade. A beleza, a aceitação feminina pelo belo e desejável toma como referencial o desejo masculino por nossos corpos. Investidas abusivas costumam acontecer frequentemente e acabam produzindo medo.

Em 15 de maio de 2001, o Congresso brasileiro sancionou a Lei nº 10.248 que estabelece o assédio sexual como crime no ambiente de trabalho, tanto para os homens quanto para as mulheres, todavia a lei não abrange a rua, espaço onde também se ouve as "cantadas" (BRASIL, 2001). Naturalizado no meio social pela cultura patriarcal, que estabelece para os homens uma posição social hierárquica superior, lhes condicionando a exercer uma forma de dominação sobre as mulheres que dispensa justificativa. Por essa razão o assédio nos espaços públicos encontra-se naturalizado (BEZERRA; MEDEIROS, 2016).

O patriarcado agencia a dominação masculina sobre os corpos femininos, assumindo no campo simbólico uma posição que reforça a dominação masculina e o exercício de liberdade em tecer comentários sobre nossos corpos, tocá-los e até mesmo agredi-los. Esse tipo de violência se configura num bloco no qual uma fomenta a outra. “O patriarcado é entendido como a estrutura inconsciente que conduz os afetos e distribui valores entre os personagens do cenário social, assumindo uma posição no campo simbólico e transpondo-se de formas distintas nas interações sociais” (ALMEIDA, 2004, p.238).

Diante deste contexto, a jornalista Juliana de Faria junto com colaboradoras da área de comunicação e direito criou, em 2013, a ONG *Think Olga*. Um espaço virtual com o objetivo de promover conteúdos que refletem a complexidade de ser mulher e seu processo de empoderamento através da informação. A plataforma auxilia no enfrentamento diário das agressões vividas pelas mulheres, como a campanha “Chega de FiuFiu”, que começou como uma pesquisa sobre as “cantadas” que as mulheres ouvem nas ruas e contou com a participação de 7.762 mulheres que responderam a um questionário sobre vários constrangimentos e assédios sexuais que passaram.

Em duas semanas, o questionário apontou que 98% das mulheres participantes já haviam sofrido assédio, que 83% não achavam legal, que 90% delas já trocaram de roupa antes

de sair de casa por causa de assédio e que 81% das entrevistadas revelaram já ter deixado de fazer alguma coisa com medo do assédio (THINK OLGA, 2013).

Os agenciamentos dessa cultura se dão em diferentes nichos sociais, inclusive no núcleo familiar e se ramificam nas relações sociais e de trabalho. Infelizmente, mulheres vivem as práticas de assédio no local de trabalho. Silva (2018) analisa que essa condição é demarcada ideologicamente e faz com que se chegue a um limite máximo de silenciamento, de forma que, pensando nessas relações de subalternidade dentro da cultura patriarcal, o sujeito feminino se encontra num grau ainda mais profundo de obscuridade.

2.1 Violências contra a mulher em Mariana

Analisando todas as lutas históricas e as dificuldades enfrentadas pelas mulheres, me debruço sobre a cidade de Mariana, campo de estudo para a realização deste trabalho, na qual pouco se fala sobre a violência contra a mulher nos veículos de comunicação que abrangem a região e, dentre o que é veiculado, observa-se abordagens sensacionalistas sobre os casos de feminicídios.

Além desse silenciamento e desrespeito às vítimas de violência por parte dos veículos de comunicação, a cidade não oferece assistência adequada para denúncias de agressões, como uma delegacia especializada para mulheres, o que acaba desestimulando a procura por ajuda institucional e, conseqüentemente, potencializando as violências cometidas contra elas.

De acordo com Bocard, Gonçalves e Coêlho (2018), ao citarem os dados divulgados em março de 2017 pela Secretaria Estadual de Segurança Pública de Minas Gerais (SESP-MG), 38% dos agressores são cônjuges ou companheiros e 31% são ex-cônjuges ou ex-companheiros. De forma geral, o jornalismo da região não aborda as diferentes formas de violência que as mulheres sofrem e focam nos crimes de assassinato ou tentativa de assassinato. Para reiterar a discussão a respeito da violência contra a mulher na região, analisei 3 matérias de três meios jornalísticos locais: uma do Jornal Ponto Final, “*Preso suspeito de tentar matar ex-mulher esfaqueada em Ouro Preto*”, uma do Jornal O Liberal, “*Assassinatos em Antônio Pereira apavoram moradores*”, e uma do Portal Cidade, “*Vítima é morta no bairro Santa Rita de Cássia*”, veiculadas entre os anos de 2016 e 2018.

Ao abordar a naturalização da violência contra a mulher e o que é veiculado a respeito, percebo que crimes que envolvem a agressão física ganham destaques nestes jornais. As matérias se limitam apenas a narrar as agressões e negligenciam outras violências sofridas pelas

mulheres como a dificuldade de denúncia, a falta de atendimento especializado e também a ausência de crítica dos próprios veículos com a necessidade desses meios de atendimento na região. Diante disso, vale ressaltar que a cobertura midiática não está isenta de ser violenta (GONÇALVES; BOCARD; COÊLHO, 2018, p. 5).

A figura 1 (abaixo) traz uma matéria veiculada no Jornal Ponto Final que naturaliza a “passionalidade” que motivou a violência. O término do relacionamento com o agressor e o início de outra relação foram os “motivos” da ocorrência do crime e não a relação de posse estimulada pela cultura patriarcal na qual a mulher se torna propriedade de seu companheiro, assim como também observam Gonçalves, Bocard e Coêlho (2018). As coberturas sensacionalistas “naturalizam e culpabilizam as mulheres em situação de violência, além de conferir invisibilidade ao que é denominado como violência de proximidade” (GONÇALVES; BOCARD; COÊLHO, 2018, p. 5). A violência de proximidade é definida por Bárbara Caldeira (2015, p.1) como “as relações de causalidade estabelecidas na tentativa de justificar os crimes e os sujeitos acionados no texto jornalístico como fontes” para refletir sobre os processos de negociações, de poder e de determinação no que diz respeito à construção discursiva das mulheres violentadas.

Figura 1 - Notícia publicada no Jornal Ponto Final - 29 de maio de 2017.

The image is a screenshot of a news article from the website of Jornal Ponto Final. The article is titled "PRESO SUSPEITO DE TENTAR MATAR EX-MULHER ESFAQUEADA EM OURO PRETO" and is dated May 29, 2017. The main text of the article is partially visible, mentioning a delegate named Adriana Ferreira. A photograph shows a woman in a blue jacket speaking into a microphone, with a sign for "POLÍCIA CIVIL MINAS GERAIS" in the background. The website's navigation bar includes links for "NOTÍCIAS", "EVENTOS", "GAROTA PONTO FINAL", and "TV PONTO FINAL". There are also social media icons and a search bar. A sidebar on the right contains an advertisement for "Sistema de Controle Financeiro" and a section for "ANUNCIE AQUI".

Fonte: Captura de tela do site oficial do Jornal.

Na matéria veiculada pelo jornal O Liberal (figura 2) se percebe outro exemplo de crime de proximidade. Nela são abordadas as manifestações das moradoras contra a insegurança após o assassinato de duas mulheres no distrito de Antônio Pereira, pertencente a Ouro Preto, mas próximo a Mariana. A matéria desconsidera em sua descrição do suspeito a possibilidade de ser um homem que vive na região, não visibilizando a possibilidade de haver um homem conhecido ou próximo das mulheres como agressor.

Figura 2 - Notícia publicada pelo jornal O Liberal - 28 de outubro de 2016

O LIBERAL
Região dos Inconfidentes

Pesquisar

Quem Somos Edições Contato

Capa → Notícias → Segurança

Assassinatos em Antônio Pereira apavoram moradores

Ouro Preto,
28 de Outubro de 2016

Um misto de sentimentos têm assombrado os moradores do distrito de Antônio Pereira, em Ouro Preto, nos últimos dias. Dois crimes hediondos, e ainda sem solução, causaram revolta e medo não só à população local, mas em toda a cidade.

Em menos de 15 dias, duas mulheres desaparecidas foram encontradas mortas. O primeiro desaparecimento foi percebido dia 12 de outubro e o corpo foi encontrado 11 dias depois, no domingo (23), quando moradores procuravam por uma outra mulher, desaparecida no sábado (22). Na segunda-feira (24), o segundo corpo foi encontrado.

A primeira vítima foi Ingrid Michele Rosa, de 35 anos, conhecida como Raquel. O seu corpo foi encontrado num matagal a alguns metros do asfalto que leva até a gruta de Nossa Senhora da Lapa. A segunda, a zeladora da gruta, Caetana Felipe Melchiadés, de 47 anos, foi encontrada na tarde da segunda-feira (24), há 40 minutos a pé da do seu local de trabalho. Em ambos os casos os corpos estavam nus e as vestimentas sumiram, sendo encontrada somente uma peça de roupa íntima de Ingrid.

O presidente da Associação de moradores do distrito, Alexsander de Oliveira, relata que há um áudio circulando pelo WhatsApp, ainda mais assustador. Segundo ele, a mensagem afirma que o suposto assassino tem uma lista com cinco mulheres marcadas para morrer. "É aterrorizante dizer isso, mas temos que estar atentos. Orientamos que ninguém ande sozinho, não vá para fazer caminhada em direção à Vila Samarco até que se apure e prenda o assassino. É uma situação muito complicada. Estamos em pânico", finaliza.

Alex ainda orienta a população de Antônio Pereira, especialmente mulheres e crianças, que tenham cautela ao andar pela comunidade. "A situação está sendo apurada pela polícia. E eles estão dando suporte, mas precisamos que isso seja de forma contínua", disse.

Suspeito

Na noite da terça-feira (25), a Polícia Civil colheu o DNA de um possível suspeito pelas mortes. O homem, que foi conduzido à delegacia, estava com marcas de arranhões em seu corpo. Primeiramente ele alegou ter caído de um caminhão que teria pegado carona. Depois, em contradição, ele declarou que as marcas seriam resultado de uma briga de rua. O suspeito tem passagem pela polícia por estupro, cumpridos sete anos de prisão, e estaria solto há seis meses.

A assessoria de imprensa da Polícia Civil informou que, devido ao período de flagrante já

8TCRkpW-6dC4OShweF0I3AA_O1...ria ser preso. Ainda conforme a corporação, o resultado

CIDADES

Itabirito	(2451)
Mariana	(3662)
Ouro Preto	(4779)

50%

33%

44%

43% **Novo**

Airydress

NOTÍCIAS

Cidadania	(1115)
Cultura e Lazer	(1948)
Economia	(881)
Educação	(671)
Entrevistas	(31)
Esportes	(802)

Fonte: Captura de tela do site oficial do Jornal.

O último caso a ser mapeado foi noticiado pelo site Portal da Cidade (figura 3) que relata a morte de uma mulher no bairro Santa Rita de Cássia. O crime foi praticado contra a namorada da ex-esposa do agressor, que já havia lhe ameaçado anteriormente. Após quatro anos do

término do casamento, o agressor não aceitava a situação como também não aceitava o fato de sua ex-esposa estar em um relacionamento homoafetivo.

Figura 3 - Notícia publicada pelo Portal on-line Portal da Cidade - 07 de maio de 2018

HOMICÍDIO
Vítima é morta no bairro Santa Rita de Cássia

Segundo informações, foram vários disparos ouvidos e autor ainda não foi encontrado

Postado em 07/05/2018 às 11:02 | Atualizado em 07/05/2018 às 17:07

envie sua **NOTÍCIA** >

Mais Lidas
 Duarte Júnior e a Samarco apontam diferentes visões sobre a volta das

Fonte: Captura de tela do site do Portal.

Os problemas de apuração são recorrentes nos três veículos de comunicação selecionados que reproduzem os *releases* da Polícia Militar e Civil, evidenciando a ausência de investigação e a construção de matérias que culpabilizam as vítimas (BOCARD; GONÇALVES; COÊLHO, 2017, p. 9). É importante destacar que a ausência de condições adequadas de trabalho nos meios de comunicação facilita a reprodução do machismo e de outros preconceitos na produção dessas notícias, pois não oferecem suporte e tempo de apuração adequados, de forma que o meio de averiguação resume-se ao boletim de ocorrência redigido pela polícia.

A forma como esses acontecimentos são noticiados é um reflexo de como a violência contra a mulher é naturalizada em nossa sociedade, que as coloca como culpadas das agressões sofridas. Nessa perspectiva, tais violências seriam “justificadas” pelas atitudes das próprias

vítimas: quando terminam um relacionamento, a forma como se vestem, o horário que saem de casa, quando consomem bebida alcoólica.

Diante dessas questões, o produto deste estudo propõe uma reflexão acerca da naturalização das violências que começam nas ruas, das justificativas impostas para o desrespeito contra as mulheres e a objetificação de seus corpos. Ele propõe uma reflexão sobre como isso afeta a vida das mulheres marianenses e como a população lida de forma naturalizada com o assédio nos espaços públicos.

3. PAUTA ESTENDIDA

Para realizar este trabalho, a observação e a vivência são meus norteadores. Ao andar pelas ruas de Mariana presenciei e vivi o assédio contra nós, mulheres. As pesquisadoras Boni e Quaresma (2005) consideram a observação um mecanismo para a coleta de dados sobre aspectos da realidade, como também orienta o pesquisador a se aprofundar nela.

Elas abordam dois tipos de observação que utilizo: a observação assistemática e participante. A observação assistemática trata de uma pesquisa que registra os fatos do cotidiano sem a utilização de meios técnicos, de forma mais fluida e espontânea, um estudo exploratório sobre o campo a ser pesquisado (BONI; QUARESMA, 2005, p. 71).

No início da minha apuração, observava as ruas, os lugares que frequento para analisar de que forma o assédio se desdobrava nestes lugares e seus diferentes aspectos. Entretanto, como sou mulher e também convivo com esse cotidiano, a observação participante também se integra a essa metodologia, pois além da minha experiência como pesquisadora dentro deste contexto em que estou inserida, de estar aqui cursando a universidade, me aproximo das mulheres da cidade para entender como as diferenças no assédio se estabelece em nossos contextos. Segundo Boni e Quaresma (2005), tal sistema se caracteriza pela integração do pesquisador aos acontecimentos com intuito de conhecer uma determinada realidade, mergulhar no plano da experiência como processo de acompanhamento de sua constituição. “Conhecer o caminho de constituição de dado objeto equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho. Esse é o caminho da pesquisa-intervenção” (PASSOS; BARROS, 2012, p. 31).

Assim, me proponho, neste trabalho, a compreender uma produção coletiva e social, resultante dos contextos de assédio na cidade presentes na memória do pesquisador e dos colaboradores envolvidos. Para me aprofundar nas memórias a respeito das situações de assédio vividas pelas entrevistadas, utilizo a entrevista para discorrer sobre as vivências das mulheres com o assédio nas ruas. Hauguette define entrevista como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado” (HAUGUETTE, 1997, p. 86).

Este trabalho valoriza questões subjetivas, ligadas a vivências e opiniões acerca do tema e, por isso, utilizo a modalidade semiestruturada para coletar as impressões e memórias das sujeitas entrevistadas. Esse tipo de entrevista é importante, pois, segundo Hauguette (1997), possibilita uma cobertura mais profunda pela aproximação entre entrevistador e entrevistado, por delimitar o volume das informações, o direcionamento do tema através de uma narrativa

menos artificial e uma continuidade na conversação conduzida por perguntas abertas e fechadas, para que as entrevistas relembrem as vivências e exponham além dos fatos, os seus sentimentos e suas opiniões sobre o assédio em Mariana. A partir dos relatos coletados, confeccionei os lances no intuito de traduzir essas histórias, estética e textualmente, como a resposta dessas mulheres para os agressores.

3.1 As fontes

Para entender um pouco mais o contexto, as práticas de assédio e a forma que as fontes lidam e pensam acerca desta prática, realizei 5 entrevistas semiestruturadas com mulheres que vivem na cidade de Mariana. Ao fazer o primeiro contato, expliquei a respeito da pesquisa e propus que a fonte escolhesse o melhor horário e local para conversa em um ambiente mais confortável e seguro. Algumas fontes estão identificadas com nomes fictícios, usados para aquelas que desejaram sigilo ao longo dos relatos.

As entrevistadas são de diferentes regiões da cidade, diferentes realidades, contextos e também de diferentes faixas etárias, com o intuito de observar e compreender como as práticas de assédio se distinguem ou se aproximam de acordo com as experiências vividas pelas entrevistadas. Ao longo das entrevistas, os trechos que estão em itálico indicam as falas dos homens com as fontes.

3.1.1 Marcela

Minha primeira fonte foi Marcela¹, de 47 anos. Ela reside há 7 anos no bairro Colina. Anteriormente, ela morou na capital mineira e, ao constituir família, veio morar em Mariana, pois queria criar seu filho Samuel, de 12 anos, em um ambiente mais tranquilo. Marcela, trabalhava como enfermeira, mas atualmente trabalha como manicure em sua residência.

Nossa conversa aconteceu no dia 28 de agosto de 2018, na casa da entrevistada. Ao pedir para contar sobre a sua vida, Marcela fala fundamentalmente sobre sua família, sua principal dedicação e orgulho. Para ela, estar em casa e poder acompanhar de perto a educação de seu filho é essencial. Disse também que não sai com frequência de casa como antigamente: vai à rua resolver coisas práticas, com uma lista na mão de todos os lugares que tem que passar,

¹ Nome fictício.

e se alguém olha ou mexe com ela, diz que não percebe ou acha que é com outra pessoa. Quando morava em Belo Horizonte e era solteira, presenciava mais os casos de homens olhando ou se referindo a ela, mas agora, casada, diz que não convive mais com essa situação.

Ao recordar-se da época em que era solteira e morava em Belo Horizonte, conta que saía muito com as amigas, para bares e festas, que gostava de usar roupas provocantes, mas nunca eram roupas curtas como saias e shorts. Brinca dizendo que “minhas roupas provocantes hoje seriam consideradas roupas de velha”. Analisa também que hoje o assédio está muito pior: “antes a gente ficava bêbada, mas assim BÊBADA de dormir no táxi e ele deixar a gente na porta de casa. Hoje não pode mais fazer isso... Você não sabe quem tá do seu lado hoje”.

Marcela conta que hoje não se vê como um alvo do assédio devido à sua mudança de comportamento. Agora, ela se veste de forma considerada decente e não se “encaixa” no padrão das mulheres que sofrem isso, pois, segundo ela, são mulheres bonitas com corpos atraentes, roupas provocantes, e a manicure se vê como uma pessoa comum, sem atrativos.

A entrevistada pontua que o divertimento de hoje é diferente. “Hoje os jovens querem beber, ficar loucos e beijar na boca”. Ao longo da entrevista ressalta que cada um é dono das suas escolhas, mas não concorda com o comportamento dos jovens. “A cabeça dos jovens hoje está muito fútil. Não pensa no seu próprio bem, em cuidar do seu corpo, na sua saúde, as meninas de 13 anos querem contar quem beijou mais, os jovens querem quantidade e não qualidade”, complementa.

Ao fazer essa análise das épocas, Marcela fala sobre o assédio na atualidade, que afirma não sofrer, mas vê outras mulheres sofrendo e comenta como ela enxerga essa atitude condicionada a nós mulheres: “pode até parecer machismo o que eu vou falar, mas eu acho que as próprias mulheres fazem com que os homens pensem isso delas, o machismo da sociedade é tão grande que eles julgam a mulher pela vestimenta dela, e isso é errado, mas eu não vejo que as mulheres conseguem mostrar que elas são mais que uma saia curta ou um short curto, elas se deixam levar pela aquela situação”.

Entretanto, ela também se contradiz ao trazer uma parcela “diferente” das mulheres que se vestem de forma provocante, como a própria Marcela as designa. “Mas é claro que não são todas, tem mulheres com roupa curta e você vai conversar e ela é super cabeça, você vê que ela sabe conversar, sabe o que ela quer da vida, luta pelo que acredita. E o que a gente mais vê é a população masculina comparando. Então, eu vejo que a violência sexual é baseada na roupa que a mulher veste, se ela tá com decote ela instiga o homem, não é a sociedade que fala isso?!”.

Marcela também reconhece violências institucionais contra as mulheres e se coloca em uma posição de sororidade: “Uma mulher que sofre uma violência e vai numa delegacia ela é

mais humilhada do que ela já foi, então, ela se acovarda e a situação piora. É muito complicado, eu não vou falar que eu estou livre dessa situação, mas eu procuro ficar mais reservada. Eu não sou de levantar bandeira, de causar o movimento, tomar as frentes mas se precisar de apoio eu tô aqui! Eu fico incomodada com a passividade das mulheres em ser julgada por aquilo que ela veste, fala ou demonstra”.

Durante a entrevista, conta que um dia foi atender uma cliente e, ao recebê-la, viu o vizinho olhando-a de cima a baixo, pois ela usava um short curto como descrito por Marcela. Ela conta que ao perceber a atitude do vizinho, mais que depressa, deu uma encarada com uma cara muito brava e depois foi lá conversar com ele sobre o ocorrido. “Pelo menos ele teve a decência de ficar com a cara vermelha e até ficou um tempo afastado...”.

Ao perguntar o que ela falaria para os homens sobre o assédio, Marcela resume em uma única palavra todos seus anseios: respeito. “A partir do momento que você respeita a pessoa você olha, admira de uma forma diferente, não como *‘nossa, essa daí é boa para comer’*. Hoje em dia, os homens não sabem elogiar uma mulher, eles são ofensivos. Eles falam aquilo que eles querem fazer com ela, não são gentis. Quando se é gentil em suas palavras às mulheres não vão machucar, envergonhar, mas hoje isso não acontece. Poxa, respeito, é isso que a gente quer! A mulher também olha e acha o homem bonito na rua, eu também olho! Mas é aquela coisa, olho, acho bonito e sigo a minha vida. Não é com aquele ar de cobiça como eles fazem com as mulheres”.

Quando questionada sobre violência contra mulher, ela afirma: “Eu acho que é isso mesmo, uma palavra, um olhar mais insistente, porque não precisa tocar para machucar. Como eu falei, eles (homens) não sabem mais ser gentis. São agressivos no falar, no agir, acha que a mulher tem que estar sempre à disposição, hoje dá briga se uma mulher se negar a ficar com um homem porque aí eles se ofendem, né! Eles falam *‘Poxa, mas você fica com fulano e com ciclano e não pode ficar comigo?’* E a escolha? Aonde que tá a escolha? A mulher tem o direito de escolher com quem ela vai se relacionar, mesmo que ela fique com várias pessoas, ela fez isso porque ela quis. E eles (homens) não respeitam isso, aí parte para agressão física.”

E, mesmo apontando todas essas diferenças entre os homens e as mulheres, ao perguntar sobre quais são as diferenças que a entrevistada percebe entre ser homem e ser mulher, Marcela acha difícil responder. Então, segui nossa conversa com um exemplo: quando se é homem, sair para rua desacompanhado não é tão “perigoso” como para uma mulher. Então ela comenta: “Isso sempre teve, e é por isso que a sociedade é machista. O homem sempre pode tudo e a mulher não. Mas, eu vou falar que no meu ponto de vista cristão vejo isso como cuidado, pois a mulher é o ponto frágil da relação”. Assim, a dimensão religiosa e os valores cristãos também

interferem nessas diferenças, assim como as diferenças biológicas. “Eu não vejo que a mulher tem que designar as mesmas funções que o homem, porque hoje em dia com o movimento feminista a gente vê que a situação mudou muito e a mulher quer ser como o homem, mas não é”, exclama Marcela ao falar sobre as diferenças entre ser homem e mulher, mas voltada para as atividades que exigem força física.

Ela comenta que, atualmente, a sociedade nos impele a ir trabalhar fora, mas, para ela, o plano de Deus é o homem ser o provedor e a mulher auxiliadora. Marcela, não concorda com o envolvimento feminista dentro deste contexto e comenta que se a sociedade tivesse outra estrutura ela ficaria muito bem em casa, cuidando do filho, que isso não a incomodaria. Ela diz que a sociedade a faz ir trabalhar fora. Hoje, o homem não consegue mais sustentar a casa sozinho e a mulher tem que ir ajudar indo trabalhar fora também. Devido a isso, os filhos vão ser cuidados por outras pessoas e, para Marcela, é prejudicial, pois ele vai ficar só na frente do computador e da TV.

Marcela me questiona sobre o que eu acredito a respeito do julgamento atribuído às mulheres que trabalham fora e às que ficam em casa. Qual seria a mais criticada? E eu, dentro das minhas experimentações no mercado, respondo que é a que trabalha. Já Marcela diz que não: “A mulher que não quer competir lá fora no mercado de trabalho que é julgada” e diz que o feminismo que estimulou a mulher a sair de casa, que seu marido também acredita que a mulher deve ajudar a sustentar a casa. Ela acredita que as mulheres que trabalham fora devem ter igualdade salarial, direitos trabalhistas, mas que as optam por criar a família também devem ser respeitadas, pois ela sente que desvalorizam a escolha desta mulher.

Em nossa conversa, contei a Marcela sobre meu ponto de vista em relação ao “lugar” da mulher no mercado de trabalho. As dificuldades enfrentadas ao longo da história para a mulher poder exercer a profissão que fosse de sua escolha dentro do mercado. Como o acesso à educação, quando, no passado, somente os homens podiam estudar e por isso nós ainda temos em mente que algumas profissões, principalmente ligadas à área das ciências exatas, sejam exercidas por homens. Também comentei sobre meu posicionamento, como mulher e feminista, que acredita fundamentalmente no poder e direito de escolha da mulher entre ter uma profissão e cuidar fundamentalmente de sua casa e família.

“Não estamos aqui para uma convencer a outra, mas acredito que os direitos das mulheres devem ser pensados além de um movimento, e sim com um olhar humano”, diz Marcela, que também ressalta que a família que ela conhece, que é nos moldes cristãos, perdeu o valor e foi desestruturada pela ida da mulher para o mercado. Pergunto a Marcela se ela acha que o movimento feminista não olha para as mulheres que são casadas e que trabalham como

donas de casa e ela explica que entende pouco do assunto, e pode até ter olhado para o lado radical do movimento, mas é enfática ao dizer que é exagerado e que não gosta do feminismo.

Conto para ela que, para realizar este projeto, eu tive que pesquisar como surgiu o movimento feminista no Brasil e que uma das primeiras ações do movimento aqui foi reivindicar contra a violência doméstica. Marcela espanta-se quando relato sobre a violência doméstica e diz que a existência da violência contra a mulher é um absurdo. Conto para ela uma situação que vivi em minha família, quando minha avó foi violentada pelo meu avô, e como o movimento ajudou tanto na aplicação de leis quanto com a discussão sobre conhecer os direitos da mulher, e que isso me ajudou a defender a minha avó para ela recorrer judicialmente.

“O cristianismo fala que a mulher deve ser submissa ao homem, mas as pessoas interpretam como se a mulher devesse ser capacho, e não é isso! A mulher submissa é ela respeitar sim, mas também se colocar como respeitável. Se o homem tem uma opinião e ela for do bem, é apoiar, ela cuidar da família e ele também cuidando dela. Quando eu falo isso são para homens de verdade que não acham que podem fazer tudo que quer só porque é homem. A família que eu estou falando é a qual o homem respeita e também é respeitado, que se interessa pelos filhos e não aquele que chega em casa senta no sofá e fala: ‘cadê meu chinelo?’”, explicou, conforme seu ponto de vista.

Naquela tarde, além de coletar relatos e entender como ela enxerga o assédio, o feminismo e a cidade, partilhamos experiências, percepções e vivências. Eu também me abri e relatei sobre acontecimentos na minha vida, na minha família, construindo um vínculo e uma abertura para receber e também compartilhar histórias acima de contradições.

3.1.2 Amanda

Amanda² é parte da Guarda Municipal em Mariana, tem 36 anos e é mãe de 2 filhos, um de 20 e outro de 19 anos. Atualmente, é moradora do bairro Colina. Ela conta que nasceu no Rio de Janeiro e, quando tinha 10 anos, seus pais se separaram. Junto com o pai, veio morar no distrito de Cachoeira do Brumado, local em que viveu a maior parte de sua vida.

Encontramo-nos após seu expediente em uma das salas de seu local de trabalho. Ela me conta um pouco sobre sua vida, como foi sair do Rio de Janeiro e vir morar em um distrito de Minas Gerais para que seu pai cuidasse do sítio de sua tia. Na adolescência, aos 17 anos, engravidou de seu namorado. Neste período, seu pai praticamente faliu e, com essa situação,

² Nome fictício.

voltou para o Rio. Entretanto, Amanda não quis voltar e ficou com o pai de seus filhos. Conta que trabalhou como caixa de supermercado, em uma clínica de exames admissionais, em uma loja de antenas parabólicas e, há 8 anos, trabalha na Guarda Municipal de Mariana.

Pergunto se, além do seu horário de serviço, ela costuma sair muito de casa. Amanda diz que não. “É do serviço para casa e de casa para igreja, é muito raro ir a festas e baladas, é no horário de trabalho que estou mais nas ruas”. E é justamente trabalhando nas ruas que ela me relata que viveu situações de assédio. “Então, há situações que já passei fardada e que homens falam *‘Vou fazer alguma coisa de errado para essa daí me prender’*, *‘me algema?’* e ainda estende o braço em minha direção. Eu levo na esportiva, senão eu levo um monte de homem preso, pois isso dá voz de prisão, né! Então, eu acabo deixando isso pra lá. E, também tem alguns homens que olham de cara feia, desprezando a capacidade de uma mulher exercer um cargo de segurança pública como se eu não fosse competente para fazer isso. Nos desmerecem por ser mulher, quando um homem me vê na rua de farda fazem aquela cara de desdém tipo *‘é você que vai me abordar?’*.”

Ela comenta também situações que viveu sem farda e explica o “motivo” para isso acontecer com as mulheres. “Sem a farda rola assobios, algumas palavras, mas assim, nada de muito absurdo. Pois, eu acho que isso vai muito da roupa da mulher. Não sei se é uma visão só minha, mas quando a mulher está bem vestida, bem tampada, eles não soltam palavras... tipo palavrões, né! Vamos supor, se eu passo com um vestido coladinho... mas assim, a gente todo direito de andar do jeito que quiser na rua, só não pode andar pelada porque é crime! Mas se eu quiser andar de shortinho curto isso é um direito meu. Vejo que se você está mais tampada e se outra mulher está mais vulgarmente vestida, eu acho que ela, infelizmente, recebe assédios mais grosseiros tipo *‘gostosa’*, *‘Vem cá para você ver o que eu faço com você’*. E quando você passa mais ‘normal’ eles falam *‘Me passa seu telefone’*, é mais singelo. Por mais que seja um assédio da mesma forma, porque ninguém é obrigada a passar na rua e aguentar o cara mexendo com você. Eu acho que eles não têm esse direito. Tá a fim de você? Chega de uma outra forma, não precisa mexer! Eu fico sem graça. Já cansei de passar em frente essas empreiteiras e ver um monte de peão pendurado e ter que ouvir *‘Nossa, véi! Olha lá...’* e as outras pessoas que estão na rua ficam olhando para você... é muito constrangedor! Então, é isso que eu vejo, quando você tá mais à mostra é pior a investida dos homens. Como se eles pensassem *‘ah, aquela dali tá mostrando demais, não vai importar se eu mexer.’*” explica Amanda sobre a sua percepção em relação ao assédio.

Ao questioná-la sobre o horário das práticas de assédio, se ocorre mais de dia ou à noite, ela me conta que acha que é mais pela roupa, independente do horário. “Eu já trabalhei em

várias festas a noite como guarda e vejo que se uma mulher passa com uma saia curta ou uma roupa mais pelada, eu percebo os olhares dos homens e os cochichos. Ou, se eu estou patrulhando aqui na rua durante o dia, eu já vi meninas passando com um short curto e homens mexendo ou um cutucando o outro para olhar também. Então, eu acho que o horário é independente para isso acontecer, é ver para poder mexer”.

Amanda também comenta sobre quando ela começou a perceber as práticas de assédio contra ela e me conta que isso se dá desde a adolescência. “Começou com aqueles pequenos assédios, né... Normal, eu acho que é aquela coisa de adolescente. Eu fui mãe aos 17 anos. Então, dessa idade até os 20, não ocorreu mais isso, porque eu estava com criança no colo. Parece que o homem evita fazer comentários, não é que ele respeita, mas eles têm um receio de mexer com mulheres que estão com crianças no colo, mesmo assim, tem alguns que mexem. Depois que meus filhos cresceram e eu comecei a sair mais sem eles, as práticas de assédio se intensificaram de novo. Mas eu vou falar a verdade para você, dos 35 para cá eu não tenho passado por isso mais não... Ou eu não vejo... Mariana é uma cidade muito pequena, um ovo! Então, todo mundo se conhece! Agora não acontece tanto, ou eu também não percebi ou achei que era com outra pessoa e era comigo”.

Ela me conta que, além dos assédios vividos na adolescência, enquanto trabalhava na rua, em seu ambiente de trabalho, ela também sofreu assédio “Tinha um guarda que me assediava demais! Era insuportável! Se ele estava no mesmo local, eu queria sair correndo! Até um ponto em que eu não aguentei mais as provocações e falei com ele que estava me incomodando e que eu não queria que ele fizesse aquilo comigo mais. Contudo, mesmo falando e ficando sem graça na hora que eu falei, ele ainda continuou. Ela chegava e colocava a mão perguntando como eu estava, mas assim me pegando... me deixando constrangida e eu não suportava mais!”

Ao me relatar isso, percebi o nojo e indignação estampados em seus olhos, se contorcendo ao contar a situação. Pergunto se ela chegou a conversar com o superior sobre o ocorrido e ela diz que não. “Contei para meus amigos que trabalham comigo, ele não era do mesmo setor que o meu dentro da Guarda Municipal, os meus colegas observavam e falavam *‘Nossa, Amanda mas ele é muito chato, fica colocando a mão em você’*. Só faltava ele falar *‘Quero ficar com você agora’*, mas expressava de outra forma né... Meus colegas falavam que eu tinha que fazer alguma coisa, mas aí ele entrou em um relacionamento e parou de mexer comigo, graças a Deus!”, exclamou aliviada.

Entretanto, relata que o motivo de não ter reportado ao seu chefe sobre as investidas foi por medo. “Eu fiquei com medo do meu superior ir conversar com ele sobre isso, pois ele iria

saber que eu que falei, pois ele estava fazendo isso comigo. Eu tinha medo de ter problema no serviço, em um dia em que nós dois estivéssemos escalados juntos no plantão. Mas eu já estava explodindo! Quando eu ia falar com meu superior, aconteceu que ele começou a namorar e parou com as investidas, aí eu deixei para lá. Acredito que isso deve acontecer em muitos setores com outras mulheres, mas com o medo de perder o emprego e por medo da sociedade ir contra ela, ainda mais se o assediador tem uma alta posição na sociedade. Eu creio que muitas mulheres devem passar por isso também. E é horrível! Na rua já é constrangedor, imagina então com uma pessoa que você convive todo dia”.

Ao conversar sobre os assédios que ela sofreu nas ruas pergunto se alguma vez ela já reagiu e se tem algum termo que a mais incomoda. A palavra “gostosa” é a que mais irrita Amanda: “é uma palavra que já me falaram e eu não gosto. Gostosa de quê? Gostosa, por quê? Em que sentido? Sexualmente falando, ou fazendo uma comida para ele...? Nem quando eu namorava eu não gostava que falava isso comigo. Eu me sinto muito desvalorizada ao ouvir este termo, como se eu fosse uma qualquer”.

Quando ainda morava no distrito, na adolescência, reagiu a um assédio. “Ainda na escola, com uns 16 anos, os meninos passavam a mão nas meninas. Quando fizeram isso comigo eu empurrei o garoto e retruquei ‘vai fazer isso com a sua mãe!’. Mas, ao mesmo tempo, fiquei com medo dele revidar, vir para cima de mim querendo me bater, não na escola pois eu estava mais resguardada, havia outras pessoas vendo e eu estava me defendendo, mas, posteriormente, ele vir querer me bater... eu fiquei [com medo] sim.”

“Outra situação que aconteceu também foi aos 14 anos na escola também, um menino me pediu um beijo e eu não dei. Ele me deu um chute nas minhas partes íntimas! E sangrou, na época eu não sabia direito, achei até que era menstruação que estava vindo, mas eu lembro que ele me deu um chute, a diretora deu suspensão para ele e meio que resolveu o problema”, relembra.

Além do assédio masculino, uma situação, infelizmente comum, também vivenciada é a rivalidade feminina. “Sabe quando você está na escola e você chama muita atenção por ser bonita? As meninas criam um ciúme e partem para cima de você para brigar, colocam apelidos ofensivos, porque elas te veem como uma ameaça na hora da ‘conquista’. E eu passei por isso, pelo fato dos meninos demonstrarem interesse em ficar comigo, me procuravam, mandavam recados... E na escola também tinha o concurso de beleza, pelo fato de eu ter ganhado todas as meninas se viraram contra mim. Então, esse assédio dos meninos gera também uma inimizade com as próprias meninas, elas ficavam com ciúmes e desencadeou uma rivalidade. É muito triste, porque você não tá pedindo por aquilo! Eu não tinha culpa de 3 ou 4 rapazes na escola

estarem interessados em mim e não nelas, e como consequência elas agridem, praticam o bullying. Eu trabalho no setor educativo da Guarda Municipal e sempre quando vamos fazer palestras na escola a respeito do bullying eu friso que a beleza feminina não deve ser motivo de rivalidades e inimizades. Afinal, além do bullying, essas meninas também sofrem com o assédio. Eu vivi muito isso na escola e é muito triste!”

Ao perguntar sobre o que ela falaria aos homens a respeito das práticas de assédio, Amanda responde: “Tem hora que a gente engasga! Porque eles não têm direito de fazer isso! Acho que se você está a fim da pessoa existem outras formas de abordar as mulheres. Eu duvido que eles iriam gostar de ver outro homem fazendo isso com uma irmã ou filha deles, ou a mãe passando por uma situação de assédio dentro do trabalho dela. Não é assim que se conquista uma mulher”, comenta com pesar.

Ao conversarmos sobre reagir ou não ao assédio, Amanda exemplifica com uma notícia a respeito de um caso que aconteceu no Rio de Janeiro em que uma mulher estava no transporte público e filmou o homem que estava sentado atrás tentando tocar seu seio. Amanda comenta como um símbolo de coragem interferir e expor a atitude em meio a tantas pessoas. E compara a uma situação que estava acontecendo muito em Mariana de furtos e assaltos. As principais vítimas eram mulheres desacompanhadas e Amanda foi uma das vítimas do ocorrido. “Eram 19 horas, eu estava próximo à minha casa quando dois homens pararam de moto e falaram para eu passar o celular. Eles estão com uma arma e eu percebi que era falsa e reagi, falei que não ia entregar o celular e enfiei dentro da calça. O homem que estava na garupa da moto bateu com a arma na minha cabeça e foram embora. Eu sei que eu estou errada em reagir, mas eu duvido que, se fosse com um homem, eles iriam abordar dessa forma e até bater com uma arma falsa, porque eles não esperam que a mulher reaja. Mas não aconselho a ninguém que reaja da mesma forma que ele me bateu ele poderia ter tirado a minha vida”.

Continuando o assunto, Amanda pensa nas mulheres que sofrem estupro ou são violentadas em casa. Ela diz que quanto a essas atitudes a busca de ajuda é muito importante. Pergunto a ela, como mulher e guarda municipal, se ela acha que Mariana está preparada para receber esses tipos de denúncias. “Então, aqui em Mariana já aconteceu abuso até de criança! A ronda escolar mesmo que apreendeu, eles foram na casa da vítima, uma menina de 12 anos e seu padrasto estava a estuprando e isso acontecia desde os 10 anos de idade. Hoje ele está preso, mas você não vê falar sobre esses casos. Casos de carona também, que é recorrente aqui em Mariana, meninas pegarem carona sozinhas para Ouro Preto e vice-versa, é muito perigoso! Há muito tempo atrás teve um caso em que um homem muito conhecido aqui em Mariana estuprou uma menina lá na Chácara de noite ao ar livre na frente do namorado dela. Haviam 2 caras, um

estuprou a menina e o outro segurou o namorado enquanto estuprava a garota e ameaçou a menina ‘se você gritar eu mato você e seu namorado’. Ela não tem a auréola do seio, pois ele rasgou com a boca! Hoje, eu nem sei aonde ele está, ficou preso por muitos anos e em cela separada senão os outros presos iriam matar ou abusar dele, pois é isso que acontece com quem comete esse tipo de delito”. Questiono como ocorreu a denúncia e ela explica que a menina teve que ir para o hospital devido aos ferimentos e lá ocorreu a denúncia. “Eu lembro que, na época, ela ficou muito tempo sem sair de casa, entrou em depressão, levou muito tempo para se reerguer e com toda certeza a vida dela nunca mais foi a mesma”.

Ao perguntar para Amanda o que era assédio para ela, percebo também a menção ao desrespeito. “É falta de respeito em qualquer instância. Tanto sexual quanto no trabalho, quando você tem um chefe que só te responde mal, impaciente. Pra mim, é falta de respeito. É além do que pode ser, quando você é tratada, respondida de uma forma diferente, ríspida, pelo fato de ser mulher. Eu tenho exemplos disso aqui na sala. Quando eu atendo o telefone ou atendendo alguém que está revoltado porque recebeu uma notificação de trânsito, a forma que ele fala comigo e a forma que ele fala com o Martins [um colega homem] é totalmente diferente. Comigo, a pessoa é mais grosseira, mais impaciente. Por isso, até que tem em algumas salas da Prefeitura que prestam atendimento, até que aqui não tem, que fala a respeito do desacato a funcionário público e pode ter isso até por causa das mulheres, porque a maioria das atendentes da Prefeitura são mulheres, mas eu vejo isso acontecer aqui, essas diferenças de tratamento. Acredito que eles pensem que como é uma mulher eles podem falar do jeito que quiser com a gente”.

Sobre o que considera ser violência contra mulher, Amanda me diz: “o próprio falar pode ser considerado violência contra mulher, não precisa nem colocar a mão, o fato de xingar ‘*você é uma vagabunda, vadia*’, isso pra mim já é uma violência. Eu já apanhei demais do pai dos meus filhos, não tem como medir forças, quando eu apanhava eu amolecia, ele me pegava pelos cabelos e eu perdia as forças! Primeiro, porque eu assustava, eu via que eu não merecia passar por aquilo! Eu não traía ele, não saía de casa. Se um prato de comida caía no chão, para ele, era motivo para vir me bater! Se meu filho estivesse chorando, tinha que mandar ele calar a boca, senão ele vinha me bater também, se eu não queria transar com ele, me esmurrava porque eu não tinha o direito de dizer não a nada!”.

Atualmente, Amanda não está mais casada com o pai dos seus filhos e peço para que ela me conte como foi sair dessa relação. “Eu saí porque eu não aguentava mais. Fui à polícia e fiz um registro contra ele porque queimou todas as minhas roupas. Ele pagou uma cesta básica por 6 meses e foi isso, não deu nada para ele. Para eu conseguir separar, eu tive que fugir com

meus filhos, ele estava no trabalho, depois ele veio atrás disse que não ia fazer mais isso, mas eu não queria mais. No começo, ele me ameaçava dizendo que iria me atropelar, que quando me visse na rua ia me matar, mas com o tempo ele se acostumou com a situação e esqueceu. Graças a Deus! Hoje, ele casou novamente, tem outra família e é a mulher que bate nele”.

Pergunto se desde o começo do relacionamento as agressões aconteciam e ela me conta que foi após o nascimento de seus filhos. “No começo ele avisava, me ameaçava, porque ele tinha muito ciúmes de mim porque eu era muito bonita! Então, eu não podia olhar para o lado que ele achava que tinha homem olhando para mim e quando chegamos em casa ele me batia. Quando eu estava grávida do meu segundo filho ele falava *‘Deixa você colocar esse menino para fora que eu vou te bater!’*. Ele avisava. Até então, ele nunca tinha encostado a mão em mim, mas, depois que nasceu, ele cumpriu a palavra dele. Eu ia na igreja e ele falava que estava indo lá ver o pastor, era por qualquer motivo. E ele também não parava em casa! Chegava em casa só de madrugada no fim de semana, me traía muito! Ele era tipo homem das cavernas: *‘mulher é feita para cozinhar, limpar a casa e mais nada’*. Meu ex-marido tinha muito ciúmes de um ex-namorado meu, que me deu o primeiro beijo, tirou a minha virgindade e como ele sabia disso tudo, tinha ódio do menino. Quando ele via o meu ex na rua ele chegava em casa possuído! E queria descontar toda raiva batendo em mim. Ele não aceitava que outro homem já havia ficado comigo, ele tinha que ser o meu primeiro! Ele queria uma menina que fosse totalmente ‘pura’ e eu não era, pois havia ficado com outro rapaz. Ele não aceitava isso, entretanto não conseguia me largar e por conta disso ele me agredia, jogava isso na minha cara: *‘você não presta, você já foi de outro homem!’*. Aí, me tratando desse jeito, não tinha como continuar... Se eu tivesse permanecido, hoje eu estava morta”.

Para encerrar a entrevista, pergunto quais diferenças ela percebe entre ser homem e ser mulher. “Uma coisa que acontecia lá no distrito é que só homem pode fazer a panela de pedra e o tapete de sisal só as mulheres fazem. Não tem essa de o marido ‘ajudar’, não. Somente as mulheres que fazem e se viram para dar conta de todo o resto, né?! Arrumar casa, cuidar dos filhos, servir o prato do marido, limpar a casa... O homem sempre trabalha fora e a mulher em casa. Outra coisa que eu vi aqui em Mariana foi quando eu entrei na guarda, das 15 que abriram para as mulheres, nós ouvíamos comentários da PM e até dos próprios guardas *‘Pra que tanta vaga para mulher? Aqui em Mariana precisa de vagas para homem trabalhar na parte ostensiva. Mulher não põe ordem, não consegue trabalhar no ostensivo igual a nós’*. Eu presenciei isso”.

Conversar com Amanda foi difícil. Todos os relatos de violência vividos dentro e fora de casa me deixaram muito abalada para processar tamanha violência cometida contra uma

mulher que sempre vejo na rua sorrindo. Só de imaginar como foi viver tudo que viveu e que ela não é a única, concluo que somos muitas, somos todas oprimidas em diferentes graus e escalas.

3.1.3 Thiffany

Minha terceira entrevista aconteceu em uma tarde de terça-feira, no dia 25 de setembro de 2018, com Thiffany Ferreira de Souza, de 19 anos e moradora do bairro Cabanas. Ao entrar em contato com ela, se mostrou muito solícita e disposta a participar do projeto. Agendamos o encontro, insisti que ela escolhesse um local de sua preferência e ela disse que eu poderia escolher. Então, como iríamos conversar sobre algo tão comum e também tão íntimo a nós, convidei-a para tomarmos um café na minha casa.

Fui encontrá-la na Praça Gomes Freire, ou Jardim, como costumamos chamá-la. Ao chegar, nos cumprimentamos e seguimos para minha casa conversando sobre o projeto do meu TCC e sobre o grupo de dança de que ela faz parte.

Ao chegarmos, Thiffany me conta um pouco sobre sua vida. Nasceu e cresceu no bairro Cabanas, onde teve uma infância muito tranquila brincando na rua com os amigos. Ela viaja frequentemente com o grupo de dança para São Paulo e, em Mariana, gosta muito de ir ao Jardim à noite com seus amigos e namorado.

Quando a questiono se há alguma atitude que a incomoda quando vai sair para rua, ela confirma e elenca situações de assédio. “Olhares, o ‘*psiu*’, ‘*oi, morena*’, eu me sinto sei lá... desprotegida... como se eu fosse um objeto ali. Às vezes quando eu estou indo para rua sozinha e vejo um homem, eu já fico com receio dele mexer, sinto com medo mesmo quando ele não faz nada”. Pergunto se ela percebe se tem um horário específico para a ocorrência dessas investidas: “Independente do horário, eu posso sair de casa de manhã que mexem. Quando eu estava no Jardim te esperando, mexeram comigo”. E não apenas ela, como eu também fui assediada quando estava indo encontrá-la lá.

Thiffany conta que começou a perceber os assédios quando tinha 13 anos. “Na escola e na rua, em qualquer lugar que eu passasse. Os meninos da escola ficavam puxando meu cabelo, tentando passar a mão em mim”. Pergunto como ela lidava com essa situação no ambiente escolar, se professores e coordenadores tomaram alguma atitude a respeito dessas práticas: “Era muito difícil lidar, pois por mais que acontecesse era tratado como se nada tivesse

acontecido, entende? Eu tentava discutir, mas não adiantava. E os professores também não faziam nada”.

Além da situação escolar, as investidas abusivas nas ruas também afetaram de forma negativa a vida de Thiffany. “Já aconteceu de eu estar na rua, numa festa e um homem chegar em mim chamando de ‘gostosa’ e, quando eu passei reto, eles me xingaram e falaram que eu não tenho humildade por não ter respondido a um ‘elogio’, porque eles acham que estão elogiando, mas na verdade não é elogio nenhum. Então eles reagem, falam que a gente não é humilde, que eu me acho”. Pergunto a ela o que sente quando ouve essas reações: “Eu me sinto invadida, assediada e abusada, porque eu não sinto isso quando alguém de fato me elogia. Acho que eles pensam que, falando isso, tem uma chance da menina olhar e se interessar por eles, mas na prática não é nada disso. Eu não me sinto bem, confortável com essa abordagem”.

Pergunto se alguma vez ela já reagiu a essas situações e ela diz que não: “eu prefiro ignorar do que rebater com o cara porque eu sei que não vale a pena, não vai levar a nada, eu não vou ser ouvida, então eu prefiro ignorar”. Indago sobre o que ela diria se tivesse a oportunidade de ser ouvida. “Eu sei que não adianta falar nada, mas sinceramente se eles acham que vão conseguir alguma coisa nos tratando dessa forma, eles podem parar porque eles só fazem a gente se afastar dele, porque a gente antes de qualquer coisa quer ser é respeitada”.

E, após comentar esses episódios de assédio vividos ainda tão jovem, pergunto o que é assédio para ela. “É eu não poder andar na rua com a roupa que eu quero, porque o cara vai achar que eu tô querendo, que eu estou pedindo para ele mexer comigo por eu estar com aquela roupa. Gente mais antiga, como a minha avó, fala para eu não sair com determinada roupa, porque o homem não consegue se controlar, então nós mulheres que devemos andar mais tampada para não provocá-los, porque homem é assim mesmo e nós que temos que nos dar ao respeito. Mas, eu não acho que eu estou me desrespeitando por andar com uma roupa que eu quero, me sinto confortável, me sentindo bem! Eles têm que me respeitar independente disso, porque eu não estou pedindo nada, eu não faço nada em função deles. Se eu quiser, eu vou chegar nele e dizer ‘ei, tudo bem?’ eu não preciso usar meu corpo para me aproximar das pessoas e eles não podem se sentir no direito de nos assediar e justificar isso com o que eu visto”. Ainda é muito comum ouvirmos de algumas pessoas mais velhas, de familiares, que devemos controlar nossas atitudes, nossas vestimentas, como se fôssemos responsáveis pelo comportamento masculino em relação a nós.

Em seguida, pergunto quais atitudes ela considera violência contra mulher. “Quando você tá na balada e o cara vem e passa a mão em você, puxa seu braço... acho isso muito desrespeitoso”. Pergunto se ela já viveu uma situação abusiva e ela conta sobre uma vez que

foi pegar um táxi clandestino, que é um algo muito comum na região, em que pessoas fornecem o serviço de transporte cobrando o mesmo valor da passagem de ônibus para diferentes bairros da cidade e também para Ouro Preto e Belo Horizonte. “Uma vez fui pegar o clandestino atrasada para o centro e entrei no carro, mas o homem não era esse prestador de serviço, ele fingiu que era porque ‘gostou’ de mim e ele começou a me perguntar para onde eu estava indo e me perguntou se eu não tinha medo de pegar carona, aí eu respondi que estava acostumada a pegar esse tipo de transporte e ele me disse que não trabalhava como motorista, aí eu já fiquei com o coração na boca! E ele começou a dar em cima de mim, perguntando quantos anos eu tinha e eu havia respondido 19 e ele começou a dizer ‘ai, eu queria tanto para mim uma menina de 19 anos... mas eu não sei se ela vai querer...’ insinuando descaradamente e falando que se eu quisesse presente, dinheiro, ele me dava, me chamando para ir com ele para outro lugar! Aí, eu só pedi a Deus para me tirar daquele carro, porque ele poderia ter me levado para outro lugar e tentado fazer qualquer coisa comigo, pouco custava, né?! Quando ele começou a dizer isso eu pedi para ele parar que eu ia descer, aí ele parou, mas ficou pedindo beijo de despedida... ai...”. Durante o relato Thifanny demonstrou medo misturado com nojo, ao relembrar da situação, infelizmente comum a mulheres que costumam utilizar este tipo de transporte. Conta que não foi a única vez que ela foi abordada e que já ofereceram 300 reais para que saíssem com ela.

Thifanny percebe diferenças entre ser homem e ser mulher. “Com certeza, homem tem muito mais liberdade! Eles podem ir e vir sem que ninguém os ofenda, agrida, abuse deles. E nós mulheres, não! Sempre ficamos com um medo de alguma coisa acontecer, de andar na rua a noite sozinha... é complicado! Ser mulher é bem mais difícil!”. Comento com Thifanny quando percebi essa diferença, foi quando morava na casa da minha avó materna, via meus tios saindo e voltando tarde para casa, iam sozinhos a festas, levavam as namoradas para dormir com eles. Coisas que eu, minha mãe e minha tia nunca pudemos fazer e Thifanny também vive essa realidade.

Ao voltarmos à pauta sobre assédio, agora, para uma questão específica de raça, comento sobre a sexualização do nosso corpo e como as investidas tendem a ser mais abusivas quando direcionada ao corpo negro. “Sim, eles dizem negra é quente... sempre nos colocam como mais sexual, é muito constrangedor, nosso corpo é olhado como se fosse algo de comer. O moço que me ofereceu dinheiro, você acha que não foi por eu ser negra um dos fatores dele ter falado isso? Mulher negra é infelizmente até hoje é muito sexualizada pela sociedade”.

Questiono sobre como ela lida com tudo isso que já passou, desde criança, com os assédios até os dias de hoje e ela me diz que tenta seguir com a vida. “Hoje eu tenho consciência

do que aquilo significava e o que significa isso no presente. Eu tento não me deixar abalar com isso e espero de verdade que isso acabe, mas ao mesmo tempo é muito difícil crer de fato. Mesmo não sendo difícil respeitar uma mulher, não mexer na rua, não puxar em festa... mas na verdade eles que não estão dispostos a parar de ser abusivos”.

Para finalizar nossa entrevista pergunto o que é o feminismo para Thiffany. “Eu acho muito importante, pois a gente merece os mesmos direitos que os homens e sermos tratadas com respeito e o feminismo é importante para isso, pois, conhecendo ele, as mulheres entendem o que elas estão vivendo e como isso é errado”.

Em meu encontro com Thifanny pude perceber como a raça se configura dentro das práticas de assédio e se potencializa ainda mais em investidas ligadas à sexualização dos corpos negros. Também pude observar como ela lida e resiste cotidianamente neste contexto opressor e machista. Thifanny é uma mulher livre que não abaixa a cabeça e não se priva de se vestir da forma que se sente bem. Como ela sai às ruas é um ato de resistência em prol da liberdade, do empoderamento e ao respeito do corpo negro.

3.1.4 Rayele

Meu encontro com Rayele Gabriela do Sacramento se deu no dia 06 de outubro de 2018 na Praça Minas Gerais, no Centro Histórico de Mariana. Rayele é estudante, tem 18 anos e é moradora do bairro Santo Antônio, mais conhecido como Prainha, uma zona periférica da cidade onde nasceu, cresceu e mora com 5 irmãos e seus pais.

Rayele começou nossa conversa contando de como gosta de Mariana e se sente pertencente a essa terra. Sua família surgiu há quase 100 anos nessa região. “Hoje eu moro com meus pais na casa que era dos meus avós perto da linha do trem”. Na entrevista, estava acompanhada de seu irmão gêmeo, Renato do Sacramento, que é um homem transexual, e que em alguns momentos também colabora com a discussão.

Ela conta que frequenta muito o centro da cidade, a Praça Minas Gerais, a Praça Gomes Freire, pois está na formação de um partido político e, por isso, circula muito nas ruas para recolher assinaturas e conversar com as pessoas sobre o partido. Diz que sempre se engajou nas lutas sociais e que muito disso veio da escola. “Quando tinha uma oficina, eu ia participar, sempre gostei muito de ler, tudo que tinha de diferente eu queria saber mais sobre e fui me envolvendo cada vez mais”, explica.

Pergunto a ela quais os lugares que mais frequenta por lazer e os horários em que ela costuma sair. “Hoje em dia eu fico muito com a minha namorada, a gente namorava a distância e agora ela mora na cidade. Então, nos momentos que eu estou livre nós ficamos juntas, mas eu costumo sair muito cedo e chegar em casa tarde, eu tenho aula em horário integral e eu também tenho medo de andar sozinha à noite. Não gosto e isso afetou muito meu psicológico criando bloqueios e desenvolvi crises de pânico só de pensar em sair na rua e as pessoas olharem para mim com uma visão... que ... eu não sei o que elas estão pensando de mim. Isso me afetou, principalmente com relação aos homens, porque quando um cara não te olha para te assediar, ele olha para você reprovando seu corpo, sua existência, como se eu fosse algo muito errado. Agora, eu estou mais tranquila em relação a isso, pois eu comecei a me cuidar e isso tem me ajudado”.

Questiono, se além desses olhares, algo mais a incomoda nas ruas e Rayele diz: “Não só os olhares, porque, dependendo da situação, a pessoa fala alto para machucar, com ódio, pois quando eu não estou com a minha namorada eu estou com os meus amigos, com meu irmão, então as pessoas nos olham como desajustados. Porque a sociedade é assim, né! A gente tem um padrão ali que ‘temos’ que nos enquadrar, então, quando se vê duas mulheres juntas, eles reprovam. Quando eu estou com os meus amigos, o nosso afeto incomoda, porque quando a gente rema contra a maré somos deslocados. Mas aí, eu paro para pensar que é colocado para sociedade que não se deve pensar nisso, é dessa forma e pronto, não pode questionar o que já foi colocado. Se a gente parar para olhar a ditadura, a repressão que as pessoas foram submetidas, como aqui em Mariana e Ouro Preto, que são cidades importantes para o cenário econômico do país, com a extração de minério, os resquícios que foram deixados aqui dessa repressão reflete até hoje na postura e das pessoas, muitos olhares que eu vejo vêm dessa herança que ficou na gente e porque ainda estamos neste sistema”. Este episódio vivido por Rayele exemplifica como a violência contra a mulher se reflete também em danos psicológicos. O olhar dos homens nas ruas, carregado de preconceito, rejeição, julgamento e palavras proferidas com ódio fazem com que ela se sinta mal em exercer seu direito de ir e vir, em demonstrar seus afetos.

Ao perguntar sobre o que vai além desses olhares, outros atos a incomodam ao andar pelas ruas. “Quando eu era mais nova eu recebia mais. Mas, depois que eu comecei a namorar e andar com ela na rua... Isso também é complicado, porque eu tinha medo de andar de mão dada com ela e as pessoas verem que eu namorava uma mulher, ela ficava chateada, mas era uma coisa que tava muito interna em mim, esse receio. Mas, com o tempo eu comecei a me impor também, quando falam comigo eu respondo, tento me posicionar sempre”. Pergunto a

respeito do fetiche que os homens têm com relacionamentos homoafetivos entre mulheres e se elas são assediadas devido a isso também. “Olha, a gente não é assediada porque a minha namorada é tipo uma ‘sapatão caminhoneira’ e não é esse tipo de relação que eles costumam atacar. E eu tô caminhando para isso também, porque eu tô me aceitando a cada dia mais, aceitando meu corpo, tudo... tentando me respeitar, mas às vezes rola. Pessoas que eu nunca vi na vida perguntam como é o sexo e são super invasivas e desrespeitosas com a nossa relação. É mais esse tipo de coisa. Mas é aquilo, à medida que a gente vai se posicionando, as agressões vão se tornando mais sutis e, ao mesmo tempo, quando você repara, é uma coisa gritante. Contudo, o que acontece hoje é menos visível e eu também não tenho me culpado mais por gostar de outra mulher e gostar de mim do jeito que eu sou”.

Quando abordo a hipótese de haver um horário específico em que acontece o assédio, ou se isso seria indiferente, também questiono quando ela começou a perceber que isso acontecia. “A partir do momento que você põe os pés para fora de casa e você encontra um homem na rua, você tem medo, qualquer horário do dia, vai acontecer. A gente torce para não ser agredida, não ser estuprada, de chegar bem em casa no final do dia. Quando eu ia para aula 7 horas da manhã eu ouvia comentários, quando eu voltava ao meio dia, escutava de novo, eu ia à tarde para o projeto e escutava de novo e voltando do projeto eu escutava novamente... É sempre assim, ser mulher é enfrentar isso. Percebo que começou muito jovem, eu recebia olhares... que eu não entendia, mas a partir dos 12, 13 anos eu comecei a questionar, a me posicionar negativamente, porque eu não queria que meu corpo fosse objetificado, eu não queria ser tratada como algo descartável, uma mulher que só tem peito e bunda. A partir daí, eu comecei a refletir sobre as coisas que aconteceram e até hoje reflito diariamente, porque eu acredito que é possível mudar essa realidade, não vai ser da noite para o dia, porém será através uma organização coletiva de ações, de consciência, de educação que vai gerar a mudança definitiva com outra lógica nas relações”.

Pergunto a Rayele o que já ouviu que a deixou abalada e o motivo desse abalo. “São várias situações, né. Parando para pensar, a gente sofre machismo sempre, tem coisa que eu não me recordo que foi difícil, mas é recorrente. Na escola, ser uma mulher negra é muito difícil porque a gente é muito objetificada e é o ‘primeiro’ lugar que acontece essas situações. Na sétima série, eu estudava em uma escola e tinha um menino que era branco e estudava na mesma sala que a minha e a gente se relacionava, conversava, ele queria ficar comigo só para transar! Ele falava que quando tivesse 18 anos o pai dele ia levar ele no puteiro, e quando ele tivesse o filho dele levaria também... Esse tipo de coisa que você vê que não parte dele, mas que foi ensinado a ele e que não mudou. Hoje, eu, com 18 anos, vejo que esses moleques que estudaram

comigo pensam da mesma forma, agem da mesma forma, não mudaram em nada! Objetificam mesmo, ainda mais se for mulher negra, tratam como puta, piranha”.

Sobre o que ela falaria para os homens a respeito dessas atitudes, é trazida uma contextualização de um problema mais profundo e um discurso politizado. “Eu diria que eles têm que reconhecer esse machismo instaurado na sociedade, o Brasil é 5º país no mundo que mais estupra mulher, é o pior país da América Latina para você nascer mulher. Mas esses dados ainda são dados contabilizados pelas denúncias, e os que não são denunciados? Na realidade não temos delegacias para atendimento especializado, um aparato que auxilia as mulheres vítimas de violência doméstica, estupro, vivemos em uma sociedade desgraçada de doente! O capitalismo criou sequelas que vamos carregar para sempre! O Brasil tem 500 anos marcados pelo estupro, essa miscigenação forçada com mulheres índias e negras que foram escravizadas... Eu acredito que a revolução será feminista, nós somos metade da população mundial, metade dessas mulheres que estão na produção ou contribuindo indiretamente, então, se essas mulheres pararem, para tudo! E eu acredito nisso que chegará um ponto em que as mulheres vão se rebelar, lutar para que isso mude! Quando eu penso em Mariana, eu penso em uma história de muita luta, aqui na Praça Minas Gerais uma menina me contou que sonhou que via tudo isso aqui sangrando, e é exatamente isso que eu vejo: sangue nas ruas e em todo lugar e, principalmente aqui, que carrega todo esse simbolismo de uma monarquia brasileira, a construção de um Estado, esse pelourinho simbolizando a tortura, a morte dos negros, que mesmo acontecendo esse massacre na época as pessoas lutavam! E dentro dessa luta estavam muitas mulheres, que nós não sabemos, estavam lá na luta pela mudança. A gente conhece as pessoas que estão com a gente, que descenderam disso. A minha avó, por exemplo, a avó dela lutou para viver, sobreviver e resistir para que hoje eu estivesse aqui. E eu acredito que o feminismo contribuiu muito nesta luta, pois ele veio para equalizar nesta luta”.

Sobre a definição de assédio, nas palavras de Rayele: “Nossa, assédio... Bem, tem uma definição, né. Qualquer ato que é feito com você sem seu consentimento”. Esses atos estariam facilmente localizados, em sua opinião, “nos homens. Principalmente nos homens, as mulheres também reproduzem, mas eu também vejo na mídia, nas novelas as mulheres sendo colocadas como vilãs, a disputa feminina que é colocada neste enredo também, e a sociedade de forma geral. Por exemplo, o quantitativo de mulheres na política é muito inferior aos homens, isso sem falar das nossas jornadas de trabalho que são maiores, porque o trabalho doméstico por mais que não seja considerado também é um trabalho e empregado majoritariamente pelas mulheres. Tudo isso são consequências de uma sociedade patriarcal, machista”.

Muitas pessoas dizem que o assédio é uma consequência da vestimenta e do comportamento das mulheres e, quanto a esse tema, ela pensa que “Isso é a pura reprodução do machismo, culpabilizar a mulher em todas as situações, isso é muito cruel. Eu penso muito na situação psicológica que a mulher fica nesta condição de sofrer o assédio e ser culpabilizada, isso afeta muito a gente e eu acho que é possível acontecer uma mudança, estrutural e com possibilidades que garantam isso como a educação, a saúde, a segurança e uma mudança social”.

Durante a conversa, pergunto se ela já foi criticada por sua forma de se vestir. “Já... Às vezes quando eu ando na rua, eu vejo um estranhamento vindo das pessoas em relação ao meu cabelo, eu vejo que sentem um impacto, mas isso é com toda mulher que se assume. Questionam as minhas roupas, às vezes eu vejo que as pessoas olham para mim como se eu fosse doida (risos), e isso é muito louco porque eu sou uma pessoa como qualquer outra, mas infelizmente a gente passa por isso, não sou só eu. Igual, mais cedo quando nos encontramos no Jardim e aquele cara veio encher o nosso saco e você disse com ele ‘é porque eu sou louca’, porque eu estou falando que você é um escroto, e é isso que acontece quando a gente questiona, se impõe, a gente é vista como louca, mas eu não sou louca, eu sou crítica”.

Para Rayele, há diferenças em ser mulher e ser homem em Mariana. “Nossa... então, são duas coisas totalmente diferentes. Mas ser mulher aqui, ou em qualquer outro lugar é muito mais difícil, se o cara tem um problema a gente tem 3, independente da situação a gente encontra mulheres que estão em uma situação pior que nós, aqui a cidade é muito conservadora então ser mulher aqui é sofrer, pensando nas mulheres que eu conheço, é ser resistente, muito corajosas e cada uma com a sua história tem muito a dizer, e elas também são muito amorosas, porque é isso que elas querem amar e serem amadas mesmo isso não sendo efetivo. Quando teve a manifestação em Ouro Preto, ela foi composta majoritariamente por mulheres que se organizam, se unem e eu acho que isso diz muito sobre o que é essa diferença e que são cabulosas, lutam mesmo e dão a cara a tapa, que vão atrás de filho na prisão, que passam por coisas, que são sujeitadas, mas eu vejo que ser mulher é estar em um passo à frente, porque nós vemos as coisas de outras formas, e somos vistas também de outra forma. Eu vou falar, por exemplo, do Renato, que é uma pessoa ótima, um homem maravilhoso, mas se olhar para nós juntos e tudo que já vivemos, nós passamos por muitas coisas diferentes, apesar de que quase ninguém ver ele como um menino trans porque nem todo mundo sabe, né”.

Convido Renato a falar sobre sua experiência e ele relata que “a gente sabe como isso é visto e como a gente sobrevive também, existe diferença, um padrão. Eu nunca falei lá em casa sobre a minha sexualidade e as minhas mudanças, porque ninguém chega falando que é hétero

então eu não sinto que eu tenho que falar o que eu sou, embora as pessoas na minha casa não saibam com essas palavras: ‘eu sou trans’, eles inconscientemente sabem que eu sou diferente. O que é foda, porque a gente às vezes acaba reproduzindo o machismo também, mas eu busco fazer essa autocrítica sempre e trabalhar o que todos nós devíamos trabalhar que pessoas sempre serão diferentes e reconhecer isso é o primeiro passo para acabarmos com a intolerância para vivermos neste mundo de forma melhor”.

Conversar com Rayele foi muito inspirador para seguir com a pesquisa-intervenção. Com suas experiências, aprendi muito sobre a cidade de Mariana e sobre como é fundamental o nosso papel ativo na comunidade para ver a mudança que queremos acontecer. Mulher negra, luta e busca propósitos ligados à transformação social através da educação, algo muito discutido durante toda a entrevista.

3.1.5 Alice

Minha última fonte foi Alice Aparecida da Encarnação, de 19 anos, ela é moradora do bairro Morro do Santana. Nosso encontro aconteceu dia 16 de outubro de 2018 na biblioteca do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - ICSA, onde eu e Alice estudamos. Ela cursa Administração no campus. Ao iniciarmos nossa conversa, peço que ela me conte um pouco sobre como foi a sua trajetória de vida, infância, lugares que estudou e os lugares que costuma frequentar.

Alice conta que sempre estudou na escola de seu bairro, mas saiu quando estava no 9º ano, pois estava com depressão. Conta que, antes, moravam no bairro São Gonçalo e, ao se mudarem para o bairro Morro do Santana, ela e sua família, não foram bem aceitas pelos outros moradores, foram alvos de preconceito e Alice e suas irmãs foram isoladas pelos colegas de escola. “Eu nunca fui de revidar as provocações feitas por essas pessoas, então isso me sufocava ainda mais, eu não tinha amigos na escola que eu estudava e isso acarretou em várias coisas na minha vida, inclusive ter mudado de escola. Na outra escola, fiz alguns amigos, que compõem até hoje o meu círculo social e é com eles que eu vou nos barzinhos do centro ou em festa de algumas repúblicas”.

Sobre os horários em que costumam ir e sobre possíveis incômodos nesses momentos de lazer, ela explica: “Geralmente, na parte da tarde, às 17h, no domingo. O que me incomoda é ter que voltar para casa, pois eu moro longe e geralmente o ônibus está vazio, eu e mais uma pessoa, então ter que ficar no ponto de ônibus sozinha dá um medo”. Pergunto a ela se quando

ela está sozinha no ponto de ônibus os homens que passam por ali costumam mexer com ela. “Sabe aqueles homens que ficam ali no terminal turístico bebendo? Então, já aconteceu de um deles vir falar comigo e eu fiquei imóvel, centrada em um ponto fixo para ele perceber que eu não queria conversar com ele e por isso quis me agredir ou me xingar de gorda e falar ‘*Ah, mas eu nem queria mesmo*’ e já aconteceu de eu ter que pedir para uma guarda municipal para pedir a um homem que me deixasse em paz. E o curioso é que estavam lá 2 guardas, um homem e a outra mulher, e quem tomou a atitude de ir lá me ajudar foi a guarda mulher. E outra situação que acontece quando eu estou indo para casa é que normalmente tanto o motorista quanto o cobrador são homens e como eu estou sozinha eu me sinto desprotegida, meu bairro é o mais afastado da cidade, para ter acesso a ele tem que passar pela BR que dá acesso à cidade de Santa Bárbara, aí eu fico sentada no meio do ônibus, atenta a todo barulho que eu ouço. A Transcotta [empresa de ônibus da cidade] realiza um trabalho chamado Parada Segura e como o ônibus para na porta da minha casa, eu sempre peço para me deixarem lá, pois tem um homem no meu bairro que eu tenho muito medo dele! Eu posso sair 6h da manhã para ir trabalhar e o cara fica na rua me olhando, pode tá com o filho, com a mulher, ele não para de me encarar. Teve uma vez que ele estava muito bêbado vindo da na rua no mesmo ônibus que eu, o ônibus apagou a luz na BR e ele sentou do meu lado e começou a puxar papo comigo e eu dei respostas curtas, pois eu estava muito incomodada com a situação, e quando chegou próximo a minha casa eu pedi ao motorista que parasse lá, e este moço que eu tenho medo costuma parar no ponto normal, mas ele desceu na porta da minha casa junto comigo e o motorista percebeu o meu incômodo e não saiu com o ônibus até que eu estivesse dentro da minha casa com a porta trancada. Por isso, que eu evito muitas vezes voltar tarde para casa, porque eu sei que na maioria das vezes ele vai estar lá e quando ele está no mesmo ônibus, ele fica olhando para trás, me encarando, e eu tento o máximo de desviar dessas situações”. Pergunto a Alice se ela já contou isso para alguém e se tomou alguma providência para que a perseguição acabasse e ela me contou que conversou com sua mãe, que disse que o pai dela daria um jeito nele. Vale ressaltar que, mesmo com ações que buscam oferecer mais segurança para a mulher no transporte público, é inegável a omissão por parte dos funcionários da empresa que, diante daquela situação, não perguntaram em nenhum momento a Alice se a situação estava sendo incômoda, considerando todas essas vezes em que é constrangida dentro do ônibus. Isso é reflexo da naturalização do assédio: o que poderia parecer para eles uma situação corriqueira, para ela é uma violação do seu espaço.

Pergunto a Alice se esses assédios acontecem mais de dia, de noite ou é indiferente e ela me diz: “É bem indiferente, sério! Uma coisa que eu percebi é que eu me sinto muito insegura em relação a mim mesma, eu não me acho bonita, mas eu percebi que isso não é levado

em conta quando um cara pega para te assediar, virar a cabeça 360° graus para ficar olhando você passar na rua. É uma coisa muito esquisita quando você acaba notando isso, porque é uma coisa que não devia acontecer com ninguém e tem gente que não tem bom senso e não sabe respeitar o espaço do outro. Por exemplo, eu trabalho em um local que fica próximo ao ponto dos trabalhadores que pegam o ônibus para ir para a empresa e eu tenho que passar lá para chegar no trabalho. É só passar que você ouve eles querendo puxar conversa, fazem comentários, e isso é muito chato e acontece desde quando eu estava no ensino fundamental e era bem mais assustador. Imagina você, com 15 anos de idade, e aquele monte de cara velho vindo de papo atravessado! Era muito incômodo”.

Comento que essa era justamente a minha próxima pergunta, sobre quando ela começou a perceber os assédios. “Foi mais ou menos nessa idade mesmo, porque quando eu era mais nova eu achava que só estavam puxando assunto, eu não tinha maldade, mas quando eu comecei a entender o que realmente se tratava, de entender a forma que as pessoas falam, isso passou a me incomodar. E sabe o que é pior? A maioria desses caras que ficam neste ponto são conhecidos do meu pai, porque ele também trabalha com isso, e quando eu estou com meu pai eles nem olham para mim! É indignante meu pai ser respeitado e eu não. E é muito interessante perceber isso em uma cidade em que a mineração é muito ativa, pois vem muita gente de fora, muita gente diferente, e os caras que vem passam gritando dentro do ônibus com as mulheres que estão na rua! Isso me dá muita raiva!”.

Questiono Alice se já falaram alguma coisa em específico que a deixou extremamente ofendida e chateada e ela me conta uma situação que havia acontecido há pouco tempo com ela. “A minha irmã namora e eu até acho ele legal, ele faz o que pode para ter uma boa relação com ela e fazê-la feliz, e eu tentei ao máximo interpretar o que ele me disse como uma brincadeira. Há uns dias atrás foi aniversário da minha mãe e meu cunhado me disse *‘Nossa, você tá muito bonita hoje. Se um dia eu terminar com a sua irmã, você namora comigo?’*. Ele disse isso no tom de brincadeira, mas isso me incomodou profundamente porque, e se ele não estivesse brincando, que tipo de relacionamento a minha irmã está tendo, entende? A minha irmã tem uma filha de 17 anos que está dentro da casa com eles e eu me preocupo com ela, com o tipo de atitude que ele pode ter com ela. Eu não falei isso com a minha irmã, no momento estavam somente nós dois, e eu não sabia até que ponto isso é ou não algo que eu devo comentar com ela”. Pergunto se ela acha que a sua irmã vai ficar com raiva dela se contar o acontecido e Alice diz “Sim, porque a minha família toda gosta dele e ela demorou muito tempo para achar um cara que não tem tanto problema assim na vida, o ex dela quebrava as coisas dela, usava droga e foi um custo para ela se livrar dele. Aí agora que ela consegue um relacionamento que

aparentemente faz bem para ela e eu vou e falo isso e vão dizer que eu estou querendo estragar a relação dela”.

Quanto ao que ela considera assédio e o que falaria para os homens a respeito dessas atitudes, ela é enfática: “Olha, a minha vontade na verdade era dar uma surra neles (risos) para ver se eles entendem. Eu acho que isso é uma questão moral mesmo, eles querem o espaço deles, mas não sabem respeitar o espaço do outro. Dá vontade de falar para eles enxergarem que a outra pessoa é um ser humano igual a você e que o nosso espaço tem que ser respeitado da mesma forma que nós respeitamos o seu espaço. Por exemplo, quando estamos interessados em ficar com uma pessoa é normal a pessoa te elogiar, mas se você pegar e fazer isso com um cara, por mais simples que seja o elogio, ele fica extremamente sem graça. Uma coisa que para eles é ‘ok’ eles fazerem com uma mulher, quando é feita a eles não é tão ok assim... E antes fosse um elogio de que você está bonita, eles fazem comentários que te fazem sentir um lixo, um objeto, eles esquecem de ver que é outro indivíduo, uma pessoa como ele, que tá ali do outro lado ouvindo aquilo. A partir do momento que você causa um incômodo, ou despertou um sentimento ruim na pessoa, eu acho que já é um tipo de assédio”.

Sobre o assédio ser visto como consequência das roupas que as mulheres estão usando ou do seu comportamento no meio público, Alice desconstrói essa ideia. “Outras pessoas que dão vontade de bater [risos] porque eu mesmo como exemplo, posso estar uniformizada dos pés à cabeça, e mesmo assim eu fui assediada. Então, é uma justificativa inválida. Porque se a pessoa quiser te assediar ela vai fazer isso independente do que você está vestindo. A objetificação e sexualização do corpo da mulher chegou num ponto que as pessoas têm que acordar para vida e enxergar que nós temos que ser respeitadas e não fomos criadas para servir ninguém! Os homens têm que nos tratar com respeito e as mulheres têm que parar de fazer comentários degradantes umas das outras, pois ela está diminuindo a sua própria causa, os direitos que ela tem o direito de ter! Roupa você tem que vestir porque você se sente bem e não deixar de usar porque se passar na rua com ela vai acontecer isso, isso e isso... É o que acontece na rua que tem que mudar, não a forma que nos vestimos. A gente tem que ir atrás da nossa liberdade, do nosso espaço e de poder fazer o que quisermos da nossa vida, afinal, é a nossa vida! E cada um desenvolve da forma que achar melhor e isso não te dá o direito de se intrometer na vida do outro”.

Ela aborda ainda as críticas à sua forma de vestir ou se comportar. “Minha família, minha mãe, minhas irmãs, meu pai... Eu tenho uma irmã que tem 25 anos e é extremamente conservadora. Eu sou uma pessoa que ama glitter e gosto de colocar no batom, passo um batom vermelho e ainda ponho glitter para realçar. E por isso, a minha irmã começou a ficar me

criticando: ‘Nossa, mas você vai sair assim?’. E outra coisa que ela se incomoda muito é com o meu corpo: ‘Você tá muito gorda e tem que emagrecer’. E se eu ponho uma blusa que aparece um pouquinho da minha barriga ela fica indignada. E às vezes a minha mãe vai na onda dela e eu saio de perto porque se eu contrariar ela na frente da minha mãe, ela diz que eu estou maltratando minha irmã. Eu saio e volto para casa todos os dias só ouvindo críticas sobre o meu peso, as minhas roupas, minha forma de falar, que eu sou mal-educada quando na verdade eu não fui, eu trabalho e estudo e ajudo em casa e ainda sou tratada como se eu fosse uma atoa, se eu compro alguma coisa para mim, só falta eu ser crucificada”.

Alice fala que já respondeu aos assédios que aconteceram na rua. “Já! E o cara ficou super sem graça, porque a rua estava cheia, eu estava no centro da cidade esperando o meu ônibus e era 17h. Eu estava de vestido e ele tem um decote, aí o homem veio mexer comigo: ‘Nossa, que delícia, hein!’. E eu mandei ele tomar naquele lugar e tomar vergonha na cara. Eu fiquei muito furiosa a ponto de querer partir para cima dele, mas dentro da gente tem aquele receio de... e se ele revidar? E se ele começar a me seguir e tentar fazer alguma coisa quando não tiver ninguém perto? Então a gente acaba respirando fundo e tentando seguir a vida”.

Questiono Alice sobre quais atitudes ela considera violência contra mulher e ela me diz: “A partir do momento que desrespeita o espaço da mulher eu já considero uma violência. Você diminuir alguém, tratá-la como objeto, já conta. Porque isso magoa”. Alice, resumidamente e sem precisar de complementos, aborda de forma simples tudo aquilo que discutimos até aqui: o respeito. Isso é citado por todas as outras entrevistadas, de formas distintas, mas unânimes em dizer que a violência se instaura pela falta de respeito.

A diferença entre ser homem e ser mulher em Mariana, para ela, é marcada pelo conservadorismo e pela falta de espaço. “Como eu vou colocar isso em palavras? Bem... Eu, particularmente, acho que Mariana uma cidade extremamente conservadora apesar da vinda da Ufop, aqui no campus nós temos muita liberdade de sermos o que somos sem ter ninguém apontando o dedo na sua cara e te criticando por isso. Ao contrário da cidade, que te julga e te olha atravessado. Mas, quando se é homem aqui, você pode fazer o que quiser, falar o que quiser. Eu vejo que as mulheres não têm espaço e voz na cidade. Olha a Câmara dos Vereadores, por exemplo, se a gente conseguir um direito, mesmo que pequeno, é porque um homem se dispôs a ouvir e cogitou que isso seria algo benéfico. Assim como em Mariana, ser mulher no mundo é muito complicado. Nos ambientes organizacionais, governamentais ou não, quem está no poder são os homens e para você ser ouvida você tem que ir falar com um homem e tem que ter coragem, por isso que muitas mulheres desistem da luta, porque ser ouvida e reconhecida é muito difícil e por isso a gente tem que se unir e lutar juntas para enfrentar isso”.

A partir da declaração acima, perguntei como ela vê o feminismo em prol de nós, mulheres. “Eu acho que se não fosse isso, a gente ia tá mais na merda do que a gente tá. Nós tivemos mulheres que tiveram coragem de ir lá e desafiar tudo que já estava imposto para nós e buscaram novos meios para podermos demonstrar o que a gente é, o que a gente quer. Eu vejo o feminismo como um grande agente de transformação social, pelo que eu leio e pelo que eu busco me informar, não fere os outros, ele busca a equalização dos direitos. O feminismo é você descobrir a voz que você tem dentro de si e usá-la. É libertador”.

Alice participou de minha última entrevista realizada e foi também muito inspiradora, uma mulher com muito amor no coração, por si e pelos outros à sua volta. Apesar de mais tímida e quieta, é notável sua força e vontade de construir um futuro melhor. Quando conversamos e ela me contou sobre seu corpo, suas antigas inseguranças e como ela transforma tudo isso em força, me inspira e me apresenta como é importante discutir o assédio e seus reflexos na vida de cada uma de nós. Em uma sociedade em que o padrão de beleza é ser branca, magra e alta, Alice esfrega toda a sua beleza, empoderamento e amor próprio na cara de todos aqueles que julgam o contrário, pois ela reconhece e ama tudo que ela é e se tornou até aqui.

3.2 Percepções e perspectivas do encontro com as fontes

É importante frisar que meu objetivo não é defender ou concordar com as opiniões das fontes, e sim, entender as vivências dessas mulheres e como elas as enxergam e justificam. Neste projeto, tomo como auxílio a teorização do movimento, o impacto que as teóricas observam a respeito do machismo estrutural e, através das entrevistas, perceber como isso é vivido e entendido por essas mulheres na prática, assim como seus desdobramentos nas relações cotidianas.

Entre as entrevistadas foi pautada a comparação entre as mulheres na forma de se vestir. Ao reportarem sobre o assédio, algumas elencaram características que “justificariam” as práticas de assédio contra as mulheres nos espaços públicos, como também abriram ressalvas durante os relatos. Como, por exemplo, as mulheres “diferentes” que, mesmo possuindo os estereótipos dados como possíveis alvos de assédio, não “pediram” por aquilo. Em sua maioria, são mulheres que a entrevistada possivelmente conhece e as considera, de uma forma muito subjetiva, ao colocá-las como exceção em uma situação tão abrangente. E o posicionamento feminino em relação ao assédio também é colocado em pauta, como exemplificado no trecho comentado por Marcela: “E, às vezes, a mulher deixa passar para não prolongar essa situação,

ao invés mostrar que a gente tem o direito de usar aquilo que a gente quer e os homens tem que respeitar [...] Mas é claro que não são todas, tem mulheres com roupa curta e você vai conversar e ela é super cabeça, você vê que ela sabe conversar, sabe o que ela quer da vida, luta pelo que acredita. E o que a gente mais vê é a população masculina comparando. Então, eu vejo que a violência sexual é baseada na roupa que a mulher veste, se ela tá com decote ela instiga o homem, não é a sociedade que fala isso?!”

Thifanny comenta como é justificado, por pessoas à sua volta, o assédio sofrido por ela nas ruas: “...porque o cara vai achar que eu tô querendo, que eu estou pedindo para ele mexer comigo por eu estar com aquela roupa. Gente mais antiga, como a minha avó, fala para eu não sair com determinada roupa, porque o homem não consegue se controlar, então nós mulheres que devemos andar mais tampada para não provocá-los, porque homem é assim mesmo e nós que temos que nos dar ao respeito. Mas, eu não acho que eu estou me desrespeitando por andar com uma roupa que eu quero, me sinto confortável, me sentindo bem! Eles têm que me respeitar independente disso, porque eu não estou pedindo nada, eu não faço nada em função deles. Se eu quiser, eu vou chegar nele e dizer ‘ei, tudo bem?’ eu não preciso usar meu corpo para me aproximar das pessoas e eles não podem se sentir no direito de nos assediar e justificar isso com o que eu visto”.

Alice também comenta a respeito dessas justificativas e explica o porquê de não concordar com o que é dito a respeito: “[...] porque eu mesma, por exemplo, posso estar uniformizada dos pés à cabeça, e mesmo assim eu fui assediada. Então, é uma justificativa inválida. Porque se a pessoa quiser te assediar ela vai fazer isso independente do que você está vestindo. A objetificação e sexualização do corpo da mulher chegou num ponto que as pessoas têm que acordar para vida e enxergar que nós temos que ser respeitadas e não fomos criadas para servir ninguém! Os homens têm que nos tratar com respeito e as mulheres tem que parar de fazer comentários degradantes umas das outras, pois ela está diminuindo a sua própria causa, os direitos que ela tem o direito de ter! Roupa você tem que vestir porque você se sente bem e não deixar de usar porque se passar na rua com ela vai acontecer isso, isso e isso... É o que acontece na rua que tem que mudar, não a forma que nos vestimos. A gente tem que ir atrás da nossa liberdade, do nosso espaço e de poder fazer o que quisermos da nossa vida, afinal, é a nossa vida! E cada um desenvolve da forma que achar melhor e isso não te dar o direito de se intrometer na vida do outro”.

Rayele também comenta como essas justificativas afetam as mulheres na relação consigo mesmas, com seus corpos e comportamentos: “Isso é a pura reprodução do machismo, culpabilizar a mulher em todas as situações, isso é muito cruel. Eu penso muito na situação

psicológica que a mulher fica nesta condição de sofrer o assédio e ser culpabilizada, isso afeta muito a gente e eu acho que é possível acontecer uma mudança, estrutural e com possibilidades que garantam isso como a educação, a saúde, a segurança e uma mudança social”.

O posicionamento feminino pode se dar de diferentes formas e nem sempre precisam ser justificáveis. O fato de utilizar a roupa que deseja é uma forma de posicionamento. Afinal, como se posicionar em relação à liberdade dos corpos se privando dessa mesma liberdade? Deixando de usar as roupas que se deseja? Muitas vezes não reagimos, como Marcela diz, “para não prolongar a situação”, por medo de receber uma reação violenta do assediador, justificado por outras entrevistadas como Thifanny. ao relatar que “eu prefiro ignorar do que rebater com o cara porque eu sei que não vale a pena, não vai levar a nada, eu não vou ser ouvida, então eu prefiro ignorar”. E, quando se torna insuportável, reagimos como no caso da Alice, que, mesmo apreensiva como ela mesmo diz, posicionou-se diante do ato “[...] eu mandei ele tomar naquele lugar e tomar vergonha na cara. Eu fiquei muito furiosa a ponto de querer partir para cima dele, mas dentro da gente tem aquele receio de... e se ele revidar? E se ele começar a me seguir e tentar fazer alguma coisa quando não tiver ninguém perto? Então a gente acaba respirando fundo e tentando seguir a vida”. Ao comentarem sobre os assédios que viveram nas ruas, se reagiram, como no caso de Alice, ou não, está sempre presente o medo da reação do assediador, além do fato de que não temos que justificar que a vestimenta não define nosso caráter, e muito menos que estamos interessadas em estabelecer relações.

Nós, mulheres, assim como a maioria das instituições da sociedade na qual estamos inseridas, representamos as minorias e as diferenças de maneira negativa, não há uma representação plural. As instituições agem através de práticas violentas contra essas pessoas, sobretudo as mulheres, porque isso afeta na construção de uma identidade positiva de si e das outras através dos estereótipos que apropriamos e utilizamos contra nós para justificar tais práticas.

A nós, mulheres, são atribuídos estereótipos geralmente ligados ao papel de mãe, cuidadora e submissa. E há nuances voltados à sexualidade, como o adjetivo “caminhoneira”, como caso de Rayele em seu comportamento e em sua relação homoafetiva, além das “barraqueiras”, da “mulata exportação”, como vivido por Thifanny, quando estes estão voltados a questões raciais e de classe. E, além de todo esse silenciamento destinado ao grupo, há também um agenciamento patriarcal que tenta dividir ainda as mulheres, colocando-as umas contra as outras em uma corrida pela conquista e aceitação masculina e social.

Nós sofremos diariamente com a dominação masculina e seus mecanismos. Dentre esses, um que foi muito colocado entre as minhas entrevistadas, também como experiência e

prática, foi a rivalidade feminina, que se fundamenta na ideia de que a mulher não pode possuir e nem consegue ter uma relação de afetividade, empatia e amizade com outra mulher: a sororidade.

Trazer essa abordagem é uma forma de explicar também a reafirmação desses estereótipos negativos construídos pelas mulheres umas com as outras, reflexo do discurso da dominação masculina em seus corpos. A dominação masculina faz com que as mulheres colaborem para que o sistema continue vigente.

Amanda, em sua entrevista, relata situações de violência e hostilização que viveu na escola quando era adolescente que são consequências dessa rivalidade feminina. “Sabe quando você está na escola e você chama muita atenção por ser bonita? As meninas criam um ciúme e partem para cima de você para brigar, colocam apelidos ofensivos, porque elas te veem como uma ameaça na hora da “conquista”. E eu passei por isso, pelo fato dos meninos demonstrarem interesse em ficar comigo, me procuravam, mandavam recados... E na escola também tinha o concurso de beleza, pelo fato de eu ter ganhado todas as meninas se viraram contra mim”. Por essas estruturas de dominação estarem profundamente arraigadas à sociedade, as mulheres também reproduzem entre si discursos e ações que favorecem e legitimam a dominação masculina.

Além da rivalidade feminina, outro mecanismo de agenciamento do poder masculino na estrutura patriarcal é a relação de posse masculina exercida pelos homens sobre os corpos de mulheres da sua família, como esposas e filhas, que é visto como cuidado ou zelo. É interessante pensar a respeito dessa relação de cuidado comentada por Marcela no trecho: “Mas, eu vou falar que no meu ponto de vista cristão vejo isso como cuidado, pois a mulher é o ponto frágil da relação”. Muitas vezes, nossos pais nos orientavam a não sair sozinha de casa e sempre voltar acompanhada, devido aos perigos que são oferecidos nas ruas, sobretudo a nós mulheres. Um dos motivos mais recorrentes é que irão “mexer” conosco. Comecei a refletir sobre isso, porque, pelo menos uma vez na vida o seu pai, ou familiar do sexo masculino, já fez isso com outra mulher na mesma situação: sozinha andando pela rua.

Dentro da estrutura patriarcal, a relação de poder exercida neste contexto apresenta duas variantes, que me fizeram questionar as justificações atribuídas a tais práticas ditas como “inconscientes” por estarem enraizadas na sociedade. Afinal, quando este homem, que é um familiar, orienta as mulheres do seu núcleo a saírem acompanhadas é porque eles sabem que isso vai acontecer, porque eles mesmo praticam ou já praticaram.

E o motivo para isso? A disputa masculina entre os próprios homens pelo poder simbólico atribuído a eles. Além de exercerem esse discurso dominante e ofensivo contra as

mulheres, praticam entre eles mesmos. Homens que não praticam atos considerados “normais” dentro do círculo masculino também são ridicularizados e humilhados por outros homens. Ao conversar sobre essas atitudes com meu namorado, ele me conta sobre essa experiência que acontece na roda de amigos e entre os homens mais velhos da família. Se você não curte futebol, ou não comenta sobre a moça que você vê na rua, ou se sua forma de se vestir for diferente, eles ridicularizam, insultam e são preconceituosos. Chamam quem é diferente de “bicha”, excluem das atividades e ridicularizam na frente de outros homens como uma punição a essas diferenças.

A violência simbólica envolvida no sistema patriarcal é grande, potente e afeta todos que não seguem o padrão hétero, cisgênero, branco e de atitudes que colaborem para sua existência e fortalecimento.

4. OS LAMBES, A INTERVENÇÃO E OS RUMOS DA PESQUISA

Os centros urbanos são locais de passagem, encontros, convívio e expressão, e deles surgem ações que reafirmam esses espaços através expressões artísticas culturais e políticas que se desenvolvem às margens das estruturas e sistemas institucionais oficiais. (FONSECA; OLIVEIRA; MARQUES, 2015). Tais práticas contêm uma potência comunicativa que permitem novas percepções do espaço urbano, a partir dessa perspectiva, para realização do projeto, utilizo o lambe-lambe como ferramenta de reflexão sobre a temática do assédio nesse espaço.

Quando a superfície da cidade é transformada, muros, portões e postes se transformam em suporte no qual são inscritos textos por meio dos quais sujeitos interagem, que não seguem padrões organizados, mas possuem o desejo de reivindicar espaços para expressar suas causas, crenças, afetividades. Fonseca, Oliveira e Marques (2015) defendem que as intervenções emergem neste espaço de trocas simbólicas que, mesmo marginais, se legitimam a partir do uso compartilhado, sem hierarquias ou restrições, estabelecendo uma espécie de “diálogo público”.

Silva e Veneroso (2016) definem o cartaz como um fenômeno da vida urbana que com o tempo foi apropriado para disseminação ideológica e política com o intuito de mobilizar as multidões circulantes daquele espaço e reivindicar contra os abusos dos poderes públicos, as desigualdades sociais e lutar pela construção de uma nação mais democrática.

O lambe-lambe também é um cartaz de rua, ocupa o mesmo lugar do grafite e é por si só subversivo e por isso intrínseco aos manifestos sociais e políticos. Sua fácil reprodução e a repetição no meio urbano permitem levar uma mensagem complexa e cheia de nuances a um grande número de locais. Tal repetição faz com que as pessoas se familiarizem com sua mensagem e aumenta as chances de reflexão sobre ela. (SILVA; VENEROSO, 2016, p. 48).

Partindo desta perspectiva, o lambe neste trabalho “age modificando a paisagem da vida coletiva no sentido de restaurar uma forma de vida social” (RANCIÈRE, 2005, p.1 *apud* (FONSECA; OLIVEIRA; MARQUES, 2015, p. 137), para além das mensagens que circulariam nas peças, mas pela capacidade de realizar uma transformação do cenário urbano por enunciados e configurar o fazer político promovendo, assim, o debate sobre o tratamento com as mulheres e a denúncia dos assédios cometidos de maneira mais ágil, direta, pulverizada, transitória e efêmera, de forma próxima ao que Fonseca, Oliveira e Marques (2015) destacam a respeito da potencialidade da intervenção nos espaços urbanos.

Realizar esse trabalho na cidade seria uma oportunidade de promover um debate sobre esses constrangimentos que ocorrem independentemente de idade, classe social e raça. Os lambes foram elaborados por mim, com base nos relatos coletados nas entrevistas semiestruturadas, que foram realizadas nas residências (ou em outros espaços de conforto) de cada uma das fontes.

Em seguida, seriam impressas 50 cópias de cada lambe, em tamanho A3, totalizando assim 250 lambes a serem distribuídos pela cidade após a licença concedida pelo poder público municipal. A intervenção seria realizada 30 dias antes da banca examinadora, com o apoio dessas mulheres e dos demais apoiadores do projeto e tudo seria documento com fotografia e vídeo e apresentado na banca de TCC 2 junto aos lambes.

Para composição dos lambes utilizei a plataforma online Canvas para montagem dos lambes. No processo de criação, me inspirei na sinalização das ruas: semáforos e placas informativas para sua identidade visual, já que o trabalho circularia nas ruas e retrata justamente o assédio que ocorre neste local.

Utilizo as cores verde, amarelo, vermelho e azul chapadas no fundo para reforçar a ideia de sinalização de trânsito, e um ou dois ícones distintos em cada lambe, que auxiliam na interpretação da mensagem e reforçam o sentido dado a cada uma delas. A cor vermelha remetendo a uma advertência, a cor amarela a um aviso, a cor verde retratando uma atitude que deve ser seguida e a cor azul funcionaria como uma informação a respeito do comportamento masculino nas ruas com as mulheres.

Escolhi as fontes Adumu Regular e Hussar Ekologikzi, que são fontes decorativas, fáceis de identificar e apresentam dois sentidos na composição de sentido. A fonte Adumu Regular é uma fonte mais grossa e robusta, por isso, utilizo nos lambes das cores vermelho e verde, com o intuito de passar a ideia de uma mensagem de ordem, uma repreensão. Já a fonte Hussar Ekologikzi que possui traços mais finos e uma letra vazada, utilizo nos outros lambes de cor amarela e azul para a cor do fundo fundir-se a mensagem e reforçar a ideia de que é um alerta ou uma informação a ser aceita. Os elementos icônicos que auxiliam na transmissão da mensagem são o megafone, olho com a placa de pare, lista de checagem, diferentes mulheres e pontos de interrogação.

Figura 4 - Lambe 1 “Meu nome não é psi!”



Fonte: Elaboração própria

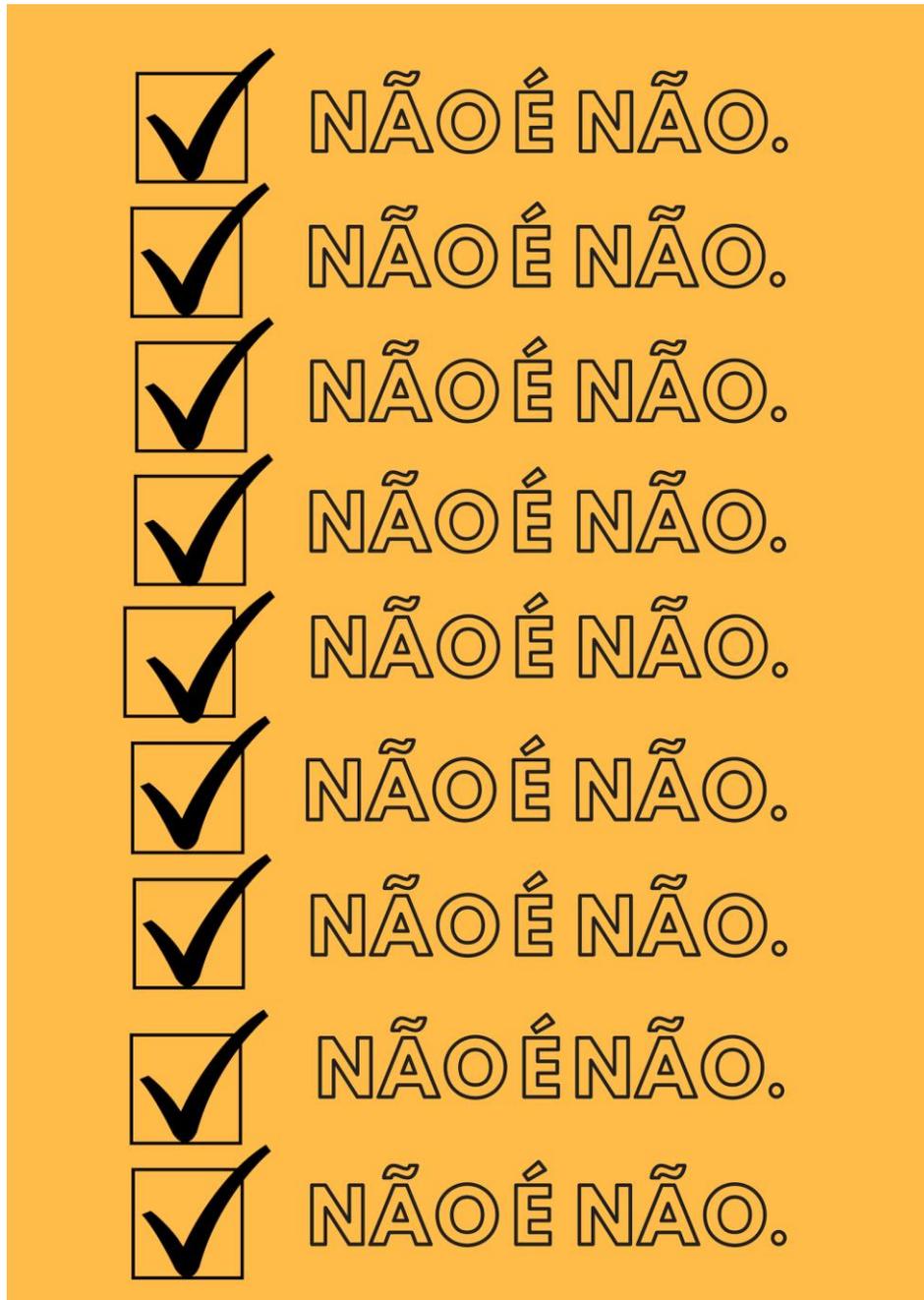
Neste lambe-lambe proponho uma reflexão ao ato de fazer “psi” às mulheres. Utilizo o ícone do megafone junto a frase “Quero ser respeitada” como uma resposta de todas nós mulheres, em alto e bom som, sobre essa prática de assédio cotidiana. Utilizo a cor azul neste lambe para reforçar a informação que está sendo pautada.

Figura 5 - Lambe 2 “Meu corpo não é público”



Fonte: Elaboração própria

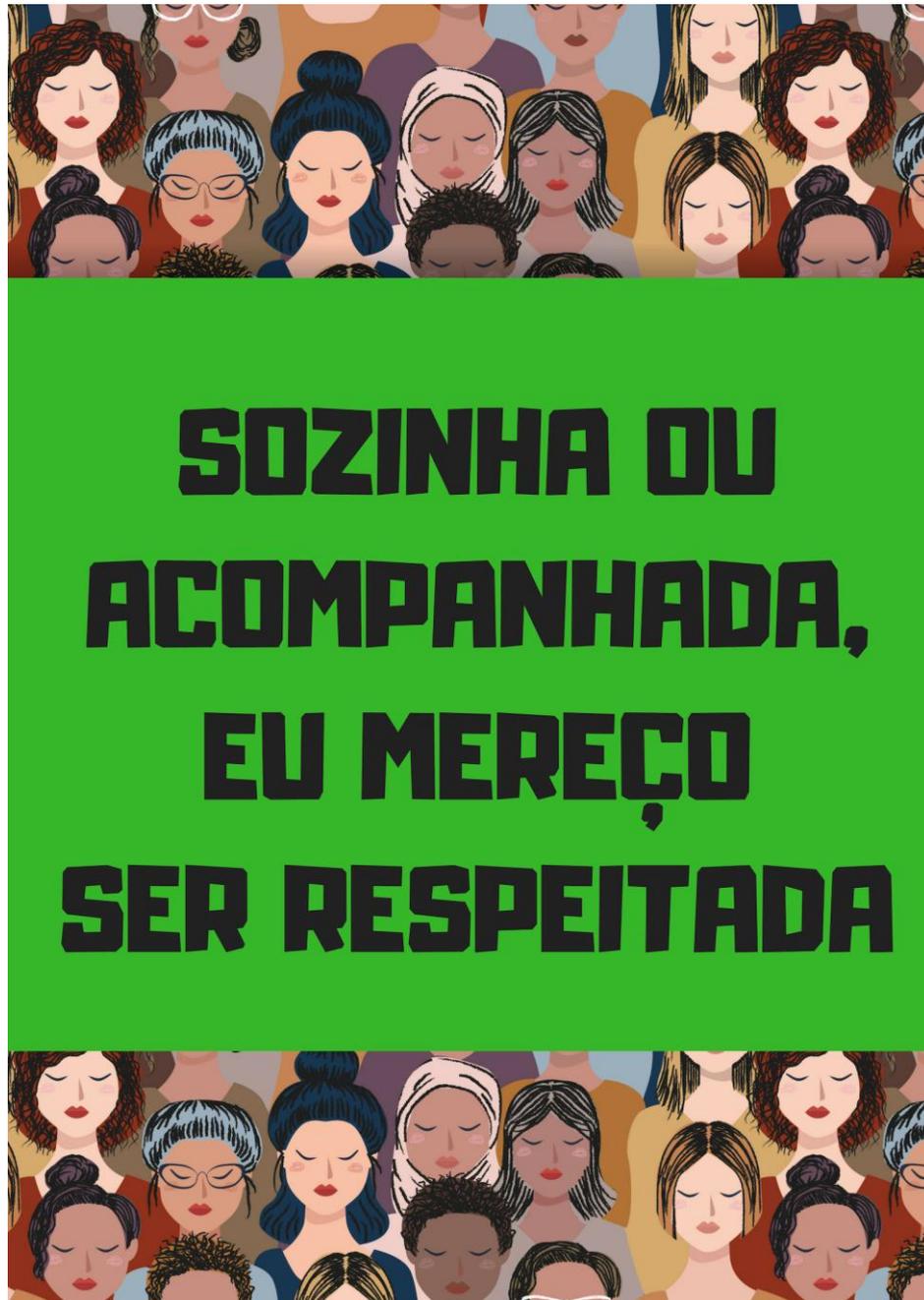
Neste outro, busco retratar uma violência que sofremos em relação aos nossos corpos expostos no espaço público. Quando somos puxadas pelo braço ou pelos cabelos em uma festa por um homem, quando somos intimidadas por olhares maliciosos e que causam constrangimentos. A cor vermelha, a fonte robusta e o ícone do olho junto a placa de “pare” reforçam a ideia de retaliação a tal atitude.

Figura 6 - Lambe 3 “Não é não”

Fonte: Elaboração própria

Este lambe remete às infundáveis argumentações que somos submetidas quando um homem vem conversar com as mulheres demonstrando algum tipo de interesse. Ao utilizar a cor amarela tenho o intuito de “avisar” que a resposta dada deve ser considerada e respeitada, e não questionada. Pois, assim como no trânsito, o sinal amarelo antecede o sinal vermelho.

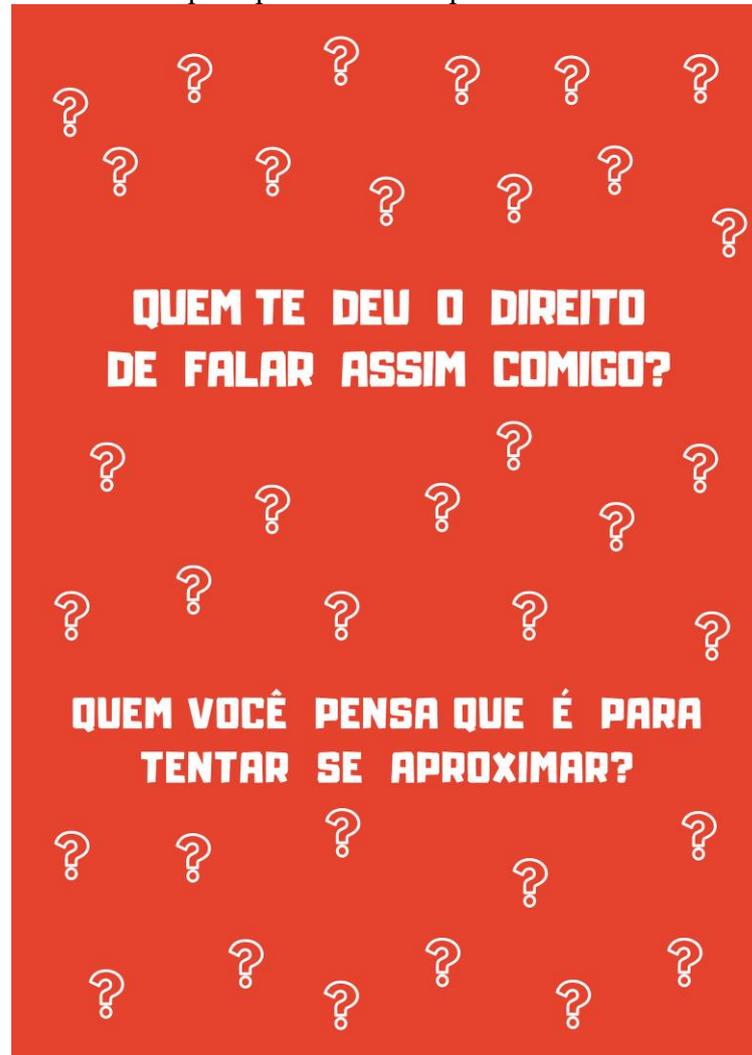
Figura 7 - Lambe 4 “Sozinha ou acompanhada, mereço ser respeitada”



Fonte: Elaboração própria

Neste lambe proponho uma reflexão sobre a noção de respeito que moldam as relações da cultura patriarcal, na qual quando uma mulher está sozinha é colocada num lugar de vulnerabilidade pela sociedade e que “abre” premissas para o assédio nas ruas. Ao colocar no lambe várias mulheres, reforço a ideia de que isso deve ser considerado para todas as mulheres.

Figura 8 - Lambe 5 “Quem te deu esse direito de falar assim comigo?”/ “Quem você pensa que é para tentar se aproximar?”



Fonte: Elaboração própria

Neste lambe abordo o questionamento que muitas vezes temos vontade de fazer aos homens no ato do assédio. Afinal, se eu não te dei liberdade de falar assim comigo, porque você acha no direito de se dirigir a mim neste tom? O uso da cor vermelha, a fonte e os ícones de interrogação compõem o lambe no intuito de reforçar esse questionamento, ironicamente, pairada sobre nós a respeito de tal atitude.

Este conjunto de lambes aborda o que foi observado, vivido e compartilhado por mim e todas as mulheres participantes das entrevistas. Eles são resultados de tudo aquilo que foi comum a todas nós que andamos nas ruas de Mariana e vivenciamos o assédio em nosso cotidiano. Esses lambes representam nossos anseios e cobranças quanto à postura masculina e social com as mulheres que transitam nas ruas.

Ao final da intervenção, eu, juntamente com as mulheres entrevistadas, iria realizar um encontro para que elas pudessem se conhecer e também debater sobre o trabalho e a importância de sua realização na cidade sob a perspectiva de todas as participantes e de suas diferentes vivências.

Na universidade, pautamos esse assunto em sala de aula, nos corredores ou nos espaços de convivência. Pois, este espaço nos oferece abertura e estímulo para debater sobre o reconhecimento desses atos, para abrir-se com pessoas próximas sobre o ocorrido. Mas este contexto de violências de Mariana é diferente, já que a cidade ainda preserva um conservadorismo e pautar este assunto fora dos muros da instituição é fundamental.

Ao longo do meu processo de produção, leituras e entrevistas para a produção da intervenção na cidade a respeito do assédio, eu estava muito confiante com a sua realização e esperançosa com o retorno que receberia da cidade. Contudo, ao solicitar à Prefeitura a liberação para as colagens dos lambe-lambes na cidade fui barrada por um processo lento de avaliação e, posteriormente, recebi pessoalmente a resposta negativa pelo fiscal que é responsável pela manutenção e contenção de fixação de cartazes nas ruas da cidade.

No dia 19/09/2018 fui ao setor Documentação e Arquivos da Prefeitura de Mariana e abri um pedido de autorização (nº 319.4PI.D07-87) para o uso do espaço público para a minha intervenção. Fundamentalmente, intervenções, arte de rua não precisam, necessariamente, de autorização do poder público, por terem um caráter subversivo. Mas, como meu produto faz parte de um trabalho acadêmico, eu deveria ter essa autorização, para meu trabalho ser legalmente válido, para que nem eu, e nem a universidade, correremos o risco de sofrer algum processo.

Após um mês de espera por uma resposta e de comparecer semanalmente no setor da solicitação para saber sobre o andamento do processo, fui atrás do fiscal da Secretaria de Defesa Social, que é responsável pela regulamentação de cartazes nas ruas da cidade, para conversar sobre o meu projeto e seu intuito, mesmo que junto com a solicitação estivesse anexo um resumo explicando o projeto e sua finalidade e, principalmente, o tema que ele abordaria.

Figura 9 - Protocolo solicitando autorização para colagem de lambes no centro de Mariana

Betha Sistemas - Fly Protocolo

Tramitação de processo.

Debora Madeira Dos Santos, comunicamos que **o seu processo foi encerrado.**

Informações sobre o processo:

Requerente (CPF/CNPJ):	117.632.037-86
Beneficiário (CPF/CNPJ):	não informado
Serviço solicitado:	AUTORIZACAO
Data/Hora da solicitação:	19/09/2018 09:54:38
Trâmite efetuado:	05/11/2018 14:20:51
Número do processo:	0006895/2018
Número único:	319.4PLD07-97

Para realizar a consulta do processo [clique aqui.](#)

Nota: este e-mail lhe foi enviado automaticamente e não deve ser respondido.

Betha Sistemas - Fly Protocolo
www.betha.com.br

Consulta Processo

Processos Documentos Andamentos Encerramentos/Arquivamento Movimentações Pareceres Informações adicionais

Encerramentos

	Local do encerramento	Encerrado por	Encerrado em	Resultado	Observação
1	021.000.000 - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E ARQUIVO	paula.silva	05/11/2018 14:20:51	Indeferido	

Estorno de encerramento

	Local do estorno	Estornado por	Estornado em	Motivo
--	------------------	---------------	--------------	--------

Arquivamentos

	Tipo	Local	Arquivado por	Observação	Arquivado em
1	Arquivamento de processo	021.000.000 - DIVISAO DE DOCUMENTACAO E ARQUIVO	paula.silva	ARQUIVADO	05/11/2018 14:20:58

[Voltar](#)

Fonte: Captura de tela/elaboração própria

Ao ser atendida pelo responsável, que tirou meu processo do fundo de uma pilha de outros pedidos, ele me conta que não havia lido, deu uma folheada naquele momento e falou que era proibido colar cartazes na cidade por conta da Lei Municipal nº 20/2017 (disponível no Anexo A) e não seria permitido. Contudo, essa lei se aplica a eventos, vendas, ações voltadas a fins comerciais e financeiros e, mesmo meu trabalho não se enquadrando nesses quesitos dispostos de proibição da lei, ele foi negado com base em uma lei que não impede a realização do trabalho.

Tentei convencê-lo da importância do meu projeto, de sua finalidade e importância em abrir o debate sobre o tema na cidade e, após ouvir minhas considerações e medidas alternativas,

ele falou para eu arrumar outra coisa para eu fazer para formar porque colar cartazes ele não iria autorizar. Após a tentativa de argumentação na sala do fiscal, entristecida e desnorteada em relação ao rumo que seria dado ao trabalho de conclusão de curso, surgiram muitas questões. Como proceder sem a divulgação da peça chave para o meu trabalho? O que seria feito a partir de então? E todas as mulheres que se dispuseram a conversar comigo, compartilharam suas vivências que deram vida aos meus lances, o que eu vou dizer a elas? Foram dias difíceis, angustiantes e eu senti que a nós fomos caladas, mais uma vez.

Posteriormente, após orientações, houve a decisão de acrescentar observações sobre essa experiência e sobre a dificuldade de acesso aos espaços da própria cidade. Assim, proponho questionamentos e reflexões sobre: a) a constituição do espaço público; b) a quem este espaço é destinado, quem ele visa contemplar; e c) o silenciamento provocado por essa lei, pautando a liberdade de expressão e o exercício da cidadania no espaço público, questionando até que ponto ele é realmente público para as pessoas.

4.1 A virada: até que ponto o espaço é público?

Tanto na pesquisa científica quanto no jornalismo, enfrenta-se diversos desafios durante o processo de execução, e com este projeto não foi diferente. Ao negarem a possibilidade de intervenção sobre assédio nas ruas de Mariana, discuto neste capítulo sobre o conceito de cidadania e o uso do espaço público. É fato que o espaço público contém suas normas de conduta e distinções quanto ao seu uso e que isso se dá intrinsecamente a questões voltadas à raça e à classe, importantes elementos para compreender sua ocupação. Nesta seção, abordo a relação entre as restrições do uso do espaço público, os obstáculos no alcance da cidadania e as questões de gênero dentro deste contexto.

A partir das reflexões de Evelina Dagnino (1994), trago a discussão do exercício da cidadania no espaço público. Inicialmente, a autora discute os significados expressos na palavra cidadania, “que responde a um conjunto de interesses, desejos e aspirações de uma parte sem dúvida significativa da sociedade, mas que certamente não se confunde com toda sociedade” (DAGNINO, 1994, p.1). Ela está ligada a experiências concretas de movimentos sociais, ao acesso à cidade, à luta pela igualdade ou direito e respeito às diferenças.

[...] a essa experiência concreta, se agregou cumulativamente uma ênfase mais ampla na construção da democracia, porém, mais do que isso, na sua extensão e no seu aprofundamento. Nesse sentido, a nova noção de

cidadania expressa o novo estatuto teórico e político que assumiu a questão da democracia em todo o mundo, especialmente a partir da crise do socialismo real (DAGNINO, 1994, p.1).

A nova definição de cidadania funciona como um agente de transformação social e construção democrática que está agregado a dimensões culturais e políticas incorporadas a características sociais contemporâneas.

Ligadas aos papéis da subjetividade, pela emergência dos sujeitos sociais e da ampliação de um novo espaço político, que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco e constitutivo da transformação cultural para uma construção democrática.

No Brasil, a cidadania assume um papel fundamental ao tratar da cultura democrática, tendo em vista uma sociedade na qual as desigualdades econômica e social são aspectos mais visíveis do nosso ordenamento social. Essa sociedade é regida por relações embasadas em critérios de classe, raça e gênero, o que Dagnino (1994) define como autoritarismo social, que estabelece diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos lugares na estrutura social.

Afirmar a cidadania como estratégia significa enfatizar o seu caráter de construção histórica, definida portanto por interesses concretos e práticas concretas de luta e pela sua contínua transformação. Significa dizer que não há uma essência única imanente ao conceito de cidadania, que o seu conteúdo e seu significado não são universais, não estão definidos e delimitados previamente, mas respondem à dinâmica dos conflitos reais, tais como vividos pela sociedade num determinado momento histórico. Esse conteúdo e significado, portanto, serão sempre definidos pela luta política (DAGNINO, 1994, p.3).

Ao solicitar formalmente uma autorização para o uso do espaço público, visando debater sobre o assédio nas ruas, meu interesse fundamental era construir uma prática concreta de cidadania. Ela estaria associada a um posicionamento político como cidadã e ao espaço privilegiado de estudante de ensino superior em uma universidade pública, para colaborar com a transformação social e propor uma reflexão sobre o assédio nas ruas que fere o exercício de cidadania de muitas mulheres, instaurando o medo e interferindo no seu direito de ir, vir e ocupar o espaço público de forma livre. Dessa forma, também seria questionada a naturalização do assédio contra as mulheres no espaço público.

Os mecanismos de apropriação e desapropriação de significados são parte constitutiva da luta política. Uma das razões fundamentais de uma nova cidadania atualmente implica a busca de possibilidades e respostas aos desafios que não articulam integralmente a

multiplicidade e a pluralidade de pessoas que constituem as sociedades contemporâneas, o que interfere na construção da democracia e em seu aprofundamento. Fazer uso deste exercício enquanto estratégia política e pôr em debate os assédios contra as mulheres na rua é ser sensível ao cotidiano de mulheres, estudantes, donas de casa, profissionais que vivenciam cotidianamente os reflexos da cultura autoritária e patriarcal em nossa sociedade, que não as respeitam como indivíduo ocupante daquele espaço.

Analisando o contexto social e urbano de Mariana, primeira capital mineira e berço histórico de Minas Gerais, debruço-me sobre as questões de enobrecimento do espaço público e tomo como base a discussão levantada por Rogerio Proença Leite (2010) a respeito do conceito de *gentrification* (enobrecimento) das cidades no Brasil e Portugal e das práticas de consumo cultural do patrimônio histórico. O autor aborda a formação dos espaços públicos e suas interfaces com os usos e contra-usos desses espaços enobrecidos.

A cidade de Mariana caracteriza-se fundamentalmente pelo seu caráter histórico na fundação do estado de Minas Gerais, todos os dias recebe inúmeros turistas que desejam ver pessoalmente a arquitetura e arte sacra do período colonial. As práticas de enobrecimento da cidade são definidas por Leite (2010, p. 74, grifo do autor) como “uma expressão do neoliberalismo no urbanismo e do entrelaçamento dos processos de globalização; à ideia de que seriam formas particulares de reinvenção dos recursos simbólicos das cidades no contexto contemporâneo em diferentes *lugares* (LEITE, 2009)”.

Esse processo de enobrecimento do centro histórico da cidade agrega características que reforçam o poder simbólico da ideia de pertencimento através da retraditionalização da cultura local, ao mesmo tempo que amplifica as possibilidades de visitação e interação com esses espaços históricos, a espetaculariza o da cultura local e sua inser o na cultura de consumo. Outro aspecto central nesse processo são as diferentes demandas da cultura urbana contemporânea. Os gestores municipais entendem o espaço público como um espaço aberto de convivência, que se resume a praças e avenidas, e destina parte substantiva do dinheiro público em projetos para enobrecimento do centro da cidade, para vida pública de calçadas seguras e vitrines lustrosas na Rua Direita, quase que numa espécie de nostalgia da era colonial. Essa modalidade de enobrecimento, que é predominante no Brasil, reflete a realidade de “decadência” dos centros históricos brasileiros e do movimento migratório residencial para áreas mais afastadas da cidade e a reestrutura o deste centro urbano voltado para um público externo, primeiramente, para a elite e, posteriormente, para o restante da popula o, que transita, convive, mas tem dificuldades de ocupar de fato esses espaços.

Leite destaca, grosso modo, que as principais etapas pelas quais passam esses centros históricos se iniciam com a plena existência do centro como estrutura funcional da vida urbana que agrega as primeiras manifestações de uma cultura urbana. Em um segundo momento, mesmo diante de vários fatores relacionados com a crescente urbanização, como, no caso de Mariana, com a vinda das mineradoras e o rápido crescimento populacional e sua ida para zonas periféricas, o centro mantém sua importância socioeconômica, não passando pela estigmatização e desvalorização social pelas quais outras cidades passam. Pode-se pensar Mariana, ainda conforme Leite (2010, p.76), assim como outros centros: “reclamam e adquirem identidade patrimonial, reinsserindo-se na pauta das políticas urbanas” de forma que

É nesse momento que ocorrem as intervenções que não raramente resultam em práticas de enobrecimento, mediante a reinvenção do patrimônio e a construção de uma nova imagem da cidade. Os centros ou sítios históricos passam a ter seu atribuído valor patrimonial e transformam-se em foco nodal de intensivas políticas urbanas e maciços investimentos públicos e privados (Leite e Peixoto, 2009). (LEITE, 2010 p.76).

Um dos principais reflexos negativos do enobrecimento e que afeta sua sustentabilidade é que esse sistema cria uma forte demarcação socioespacial dos usos do espaço, restabelece os nichos de consumo para atrair consumidores (turistas) e aposta na “requalificação” dos espaços, criando fronteiras relativamente bem demarcadas entre usuários, habitantes e turistas. O centro histórico de Mariana se fortalece em sua raiz colonial e elitista e põe à margem a população de acordo com os critérios de classe, raça e gênero.

Nesta exclusão, as possibilidades de interação nesse espaço sofrem obstáculos, em virtude da forte inflexão mercadológica que o elitiza. Em consequência, são criadas zonas de instabilidade que circundam esses espaços, instituindo pontos de tensão pela disputa prática e simbólica da cidade. Esse fato decorre também de outras razões, dentre elas, a ultrapassada ideia de que o patrimônio cultural é capaz de forjar um único sentido de pertencimento a toda uma população.

Quando me refiro às restrições à interação nos espaços espetacularizados, penso, sobretudo, nos constrangimentos sociais advindos do processo enobrecimento. A sofisticação do centro urbano, com restaurantes e hotéis de luxo, a adequação extensiva dos espaços para turistas e a pouca atenção dada aos moradores e usuários de âmbito local contribuem significativamente para a criação de pontos de tensão que culminam numa certa configuração espacial conflitante.

A noção de espaço público refere-se neste trabalho a “um espaço interativo construído a partir das interfaces entre *espaço* e *ação*. Embora se constitua no espaço urbano, é possível entender o *espaço público* como algo que ultrapassa a *rua*; como um conjunto de práticas que se estruturam num certo lugar” (LEITE, 2010, p. 84, grifos do autor). O autor explica que ainda que “como espaço social, um espaço público não existe *a priori* apenas como *rua* (que, ao contrário, é sempre *rua*, vazia ou não), mas se estrutura pela presença de *ações* que lhe atribuem sentidos” (LEITE, 2010, p. 84, grifos do autor).

Essas ações a que Leite se refere se relacionam com as práticas sociais de convívio e ocupação do espaço urbano: transitar no centro comercial, ocupar o Jardim no domingo à noite e também as relações estabelecidas neste espaço, sendo o assédio uma prática presente nestes contextos. Meu intuito com a intervenção era abordar nos lambe-lambes um questionamento a essa prática que interfere negativamente nesta ocupação do espaço público urbano pelas mulheres. “O espaço público é *locus* de pertencimentos, com possibilidades diversas de vínculos e atribuições de significados; e não está obviamente imune às assimetrias do poder e das desigualdades sociais que perpassam sua construção social” (LEITE, 2010, p. 84, grifo do autor).

As repercussões advindas dessas políticas urbanas revelam a tentativa de conceber um espaço público ordenado, higienizado e a minimização ou negligência de seus aspectos conflituosos. Dessa forma, “o patrimônio é cada vez mais apresentado como a expressão material de uma ideia pacífica de espaço público, construído com base em uma suposta ideia de passado comum e de tradições compartilhadas” (LEITE; PEIXOTO, 2009 apud LEITE, 2010, p. 85). As ações de exercício de cidadania para transformação social voltadas contra práticas de assédio no âmbito do município, como a proposta por este trabalho a partir dos lambes, são repudiadas por conflitarem com ideia de pacificidade construída pelo poder público sobre a própria cidade.

Diante disso, a questão fundamental é compreender em que medida um espaço público pode ser constituído nos lugares que demarcam espacial e simbolicamente as diferentes identidades. Quando esse espaço se transforma em local de visibilidade de disputas simbólicas e da busca de reconhecimento público da diferença? Pois, conforme Leite (2010), esses conflitos advindos dos lugares identitários que contribuem para a formação dos espaços públicos são constituídos pela efemeridade, mas também pela violência latente. Os conflitos são inevitáveis, de acordo com Leite, contudo, “neles estão possibilidades concretas da experimentação do imprevisível. São neles que corre a vida cotidiana e ainda persiste a rica

possibilidade do encontro com o estranho na experiência urbana contemporânea (Leite, 2009)” (2010, p. 86).

Para além da segregação estrutural e de ordem de classe, mais visível e explícita, há também uma segregação de gênero, de forma que tanto o assédio quanto a falta de vontade política de instituir esse debate ajudam a coibir a livre circulação da mulher no espaço público, em um movimento que tenta constantemente subalternizá-la. Os homens têm direito de circulação livre nos espaços públicos, enquanto às mulheres são destinados os espaços privados/privatizados, reforçando desigualdades e separações anti-democráticas.

Verifica-se, então a importância de examinar o alcance, o potencial e a forma de inserção destes fluxos, caso não exerçam somente função de passagem. No caso de absorção local de aspectos provenientes dos fluxos, cabe observar o grau de receptividade destes pelo meio e as interferências, as alterações de modo de vida por eles gerados. Neste sentido, é Santos (1985) quem indica o potencial intrínseco ao lugar, a partir das “rugosidades – formas remanescentes dos períodos anteriores – [que] devem ser levadas em conta quando uma sociedade procura impor novas funções” (p.55). (MENDONÇA, 2007. p. 127).

Seriam efeitos dessas rugosidades o conservadorismo do poder público ao impedir a livre manifestação de pensamento e o agendamento de um debate sobre um problema coletivo que atinge inúmeras mulheres na cidade. Se Mendonça, Caldeira, Leite e Dagnino se referem à contribuição (ou negligência) do poder público diante das desigualdades existentes no espaço público em termos de classes e grupos sociais, pensamos essa responsabilização também ao observar a desigualdade de gênero.

Retomando o conceito de cidadania, que fundamentalmente estuda aspectos jurídicos e políticos, é necessário apontar que ele não se restringe a apenas isso. Também pode ser abordado em suas dimensões cultural e comunicacional, relacionando-se aos processos comunicacionais no espaço público. Adela Cortina (2005) em sua obra “Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania” busca compreender a cidadania enquanto um conceito que se tornou mais complexo.

A cidadania é um conceito mediador porque integra exigências de justiça e, ao mesmo tempo, faz referência aos que são membros da comunidade, une a racionalidade da justiça com o calor do sentimento de pertença. Por isso, elaborar uma teoria da cidadania ligada às teorias da democracia e justiça, mas com uma autonomia relativa diante delas, seria um dos desafios de nosso tempo. Por que uma teoria como essa poderia oferecer melhores argumentos

para sustentar e fortalecer uma democracia pós-liberal também no nível das motivações: uma democracia em que se encontrem as exigências liberais de justiça e as comunitárias de identidade e de pertença (CORTINA, 2005, p. 27-28).

É impossível definir a cidadania de forma simples, já que “aprendemos a ser cidadãos, como aprendemos tantas outras coisas, mas não pela repetição da lei de outros e pelo castigo, e sim chegando a ser mais profundamente nós mesmos” (CORTINA, 2005, p.30). Dessa forma, a concepção de cidadania se materializa a partir de “um processo de reconhecimento do sujeito por ele mesmo, mas também estaria ligada a um reconhecimento respeitoso do outro em sua diferença” (COÊLHO, 2014, p.106). Isso evidencia, portanto, uma impossibilidade de cidadania às mulheres no contexto marianense à medida que esse reconhecimento respeitoso da mulher por parte dos homens ainda não se materializa nas relações estabelecidas em espaços públicos e privados.

Certamente, se a cidadania deve ser um vínculo de união entre grupos sociais diversos, não pode ser senão uma cidadania complexa, pluralista e diferenciada, e no que diz respeito a sociedades nas quais convivem culturas distintas uma cidadania multicultural, capaz de tolerar, respeitar ou integrar as diferentes culturas de uma comunidade política de tal modo que seus membros se sintam “cidadãos de primeira classe” (CORTINA, 2005, p.140).

Ao se analisar o conceito de cidadania no contexto sócio-urbano marianense, percebe-se que as mulheres, em seu cotidiano, são privadas deste espaço público, pois não é oferecida a elas a mesma liberdade de acesso que é oferecida a um homem. A mulher é constantemente subalternizada e violada quando tenta ocupar o espaço público, não se configurando como “cidadã de primeira classe” na perspectiva de Cortina. Não se pode também reivindicar o uso deste espaço para debater as práticas sociais criminosas ou desrespeitosas, como as de assédio, já que isso também foi negado. Afinal, apesar de grave e desencadeador de outros tipos de violências contra nós, mulheres, o assédio ainda é considerado por muitas pessoas como uma atitude inofensiva.

Ao pensar a articulação entre cidadania e comunicação, pode-se pensar a liberdade de expressão e a representação nos processos midiáticos como fatores que levam à cidadania. Os processos comunicativos que se dão na rua, bem como os veículos de comunicação que habitam a rua e os espaços públicos, como os lambes, também fazem parte da construção da cidadania, das formas de fazer política e de reivindicação dos próprios atores sociais, embora nem sempre esse horizonte seja posto em prática, já que o poder público pode não ajudar (e pode se tornar obstáculo) na ocupação desses espaços.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos rumos para realizar a pesquisa-intervenção, vivenciei muitos momentos que me testaram, me aborreceram, me emocionaram e sobretudo me fortaleceram quanto ao significado e à potência da luta como mulher por espaço, por voz, por direitos. Pesquisar e compreender sobre como são estabelecidas, agenciadas e configuradas as relações de violência contra a mulher dentro da sociedade me fizeram perceber a sua complexidade e desafios em combatê-las. Fez surgir um olhar mais sensível por todas nós, mulheres, que inevitavelmente somos agenciadas e controladas pelo poder patriarcal e entender que não é fácil se desvincular do que nos foi ensinado desde quando nascemos.

Cada mulher entrevistada compartilhou comigo suas vivências, como também seus afetos, seus medos, seus posicionamentos em que, embora divergentes em alguns aspectos, todas anseiam por respeito e liberdade de andarem como quiserem, de serem aquilo que elas quiserem e, sobretudo, de serem felizes da forma que são, sem o julgamento masculino. As entrevistas realizadas me fizeram perceber como se dão essas relações na cidade de Mariana, que, apesar de ser uma cidade muito querida, por me acolher nestes quatro anos de graduação, também me entristece por ainda carregar consigo relações abusivas e desrespeitosas em relação às mulheres, herança de uma cultura patriarcal, colonial e controladora.

Ao ouvir cada história, mais eu tinha certeza que a intervenção era necessária, que falar sobre assédio nas ruas era uma pauta urgente. Seria a possibilidade de abrir o diálogo e dar mais um passo na luta pela equiparação dos sexos, para o exercício dos direitos cívicos e políticos defendidos pelo feminismo e também para reivindicar estes espaços de trocas simbólicas que, mesmo marginais, se legitimam a partir do uso compartilhado, sem hierarquias ou restrições, pois, quando a superfície da cidade muda, os muros, portões e postes se transformam em suporte para expressar as causas, as crenças e as afetividades de todas nós.

Afinal, o espaço público é o locus de pertencimentos, a rua é lugar de encontros, de atritos, de despedidas, de passagem, de assédio, de violência, de partilha, do caos urbano e com possibilidades diversas de vínculos e atribuições de significados. Ao ser barrada na tentativa de realizar a intervenção, eu poderia ter mudado de ideia e acreditado que tudo feito até aqui foi em vão. Contudo, isso me fez questionar as limitações do uso deste espaço, do silenciamento ocasionado pelo poder público e pelo demérito atribuído à minha causa e de muitas outras mulheres.

Ao final deste trabalho, com a impossibilidade de visibilizar o produto desta pesquisa nas ruas, finalizo esta etapa com uma crítica aberta a um poder público que silencia a mulher e às violências que sofremos cotidianamente. A cidade histórica de Mariana preserva não apenas seu patrimônio histórico arquitetônico, mas suas opressões históricas contra as mulheres de forma arraigada ao poder público. Silenciar essas tentativas de exposição de um problema coletivo da cidade é ser conivente com ele.

E o reflexo deste silenciamento é noticiado nos jornais da cidade, em mulheres que são vítimas de violência doméstica, que são mortas, estupradas e negligenciadas. Para muitos, os assédios nas ruas ainda são vistos como uma cantada, uma atitude inofensiva e de cortejo, mas a sua realidade, dentro da cultura patriarcal, é de constituição de um mecanismo de agenciamento de poder sobre as mulheres, pois, quando essas palavras ofensivas são legitimadas, quando os olhares constrangedores se tornam rotineiros e investidas descontroladas em festas não são repreendidas, essa “inocente” atitude abre espaço para violências ainda mais agravantes que matam mulheres.

Diante de todos os testemunhos de mulheres marianenses sobre o que já enfrentaram e suportaram no espaço público e também dentro de suas casas, percebo como o feminismo atua como um forte dispositivo de empoderamento e resistência dentro desses espaços, ao mesmo tempo em que se materializa de forma distinta de uma nomenclatura acadêmica, mas de forma prática, no enfrentamento ao machismo que nos permeia.

Conheci mulheres que não se consideram feministas, que inclusive abominavam a suposta ideia de feminismo que foi a elas apresentada, mas, no seu cotidiano, exercem o feminismo como uma rede de proteção, ao repreender uma atitude machista, ao exercer uma profissão que não é considerada ideal para mulheres, quando assumem e amam seus corpos, seus traços, seus sonhos e quando não se privam de ocupar o espaço público que também é delas por direito. No fim das contas, este trabalho retrata a resistência do feminismo no cotidiano e sua vivência é percebida nas histórias de vida dessas mulheres que enfrentam, assim como muitas outras, o assédio no espaço público e seu desencadeamento em outras violências.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, T. M. **As raízes da violência na sociedade patriarcal**. *Sociedade e Estado*, v. 19 n. 1 p. 235-243, jan/jun, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922004000100012>. Acesso em: 02 abr. de 2018.

BANDEIRA, L. M. **Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação**. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, p. 449-469, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922014000200008&script=sci_arttext>. Acesso em: 04 mai. de 2018.

BOCARD, T.; GONÇALVES, T. A.; COÊLHO, T. F. **Violência nossa de cada dia: cobertura da violência de gênero na Região dos Inconfidentes (MG) e experimentações jornalísticas laboratoriais**. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, p. 1-15, 2018.

BRASIL (15 de 05 de 2001). Art. 1o O Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 216-A: D.O. ELETRÔNICO DE 16/05/2001, P. 1 - MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110224.htm>. Acesso em: 13 abr. de 2018.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2014.

CALDEIRA, B. O dispositivo da sexualidade e o fazer jornalístico: reflexões acerca das coberturas de crimes violentos contra mulheres no jornal impresso. Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, p. 1-15, 2015.

CARTA CAPITAL. **No Brasil 1 estupro a cada 11 minutos**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/no-brasil-um-estupro-a-cada-11-minutos>> Acesso: 14 ago. de 2018.

COÊLHO, T. F. **Processos comunicativos digitais e presenciais na comunidade CS POA: relações culturais/identitárias e perspectivas de cidadania comunicativa e cultural**. (Dissertação de Mestrado). PPGCOM – UNISINOS. São Leopoldo, 2014.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. **Convenção de Belém do Pará - Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher, adotada pela OEA em 1994**. Disponível em: Comissão Interamericana dos Direitos Humanos: <<http://www.cidh.org/Basicos/Portugues/m.Belem.do.Para.htm>> Acesso em: 06 abr. de 2018.

CORTINA, A. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**. Tradução de Silvana Cobucci Leite. Editora Loyola. São Paulo, 2005.

DAGNINO, E. **Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania**. In: DAGNINO, Evelina. Anos 90 - Política e sociedade no Brasil, Ed. Brasiliense, 1994, pág. 103-115.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Vamos falar assédio**. Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher, Think OLGA (Juliana de Faria, LuíseBello e Gisele Truzzi), Think EVA (Juliana de Faria e Maíra Liguori). São Paulo: Escola da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2014. Disponível em: <<https://www.defensoria.sp.def.br/dpesp/repositorio/41/FolderAssedio.pdf>>. Acesso em: 13 jun. de 2018.

EL PAÍS. **Morte de mulheres negras dispara com falta de amparo na periferia**. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/06/politica/1446816654_549295.html> Acesso: 14 ago. de 2018.

ESTEVES, J. P. **Os media e a questão da identidade: sob as leituras pós-modernas do fim do sujeito**. Universidade de Lisboa. mar. 1999. Disponível em: <www.bocc.ubi.pt> Acesso em: 22 mai. de 2018.

FONSECA, C. G. da; SILVA, R. H. A. **Diálogos da rua: uma cartografia dos sentidos e usos do centro de Belo Horizonte**. In: VI ENCONTRO DOS NÚCLEOS DE PESQUISA DA INTERCOM. Anais... Trabalho apresentado ao Núcleo de Pesquisa, Comunicação e Culturas Urbanas. Belo Horizonte, 2005.

GOLDBERG, A. **Feminismo no Brasil Contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político**. Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais 28. Rio de Janeiro, Vértice, 1989, p. 42-70.

GONÇALVES, F. do N. **Revisitando o lugar do poético e do político nas práticas artísticas urbanas**. In: XX ENCONTRO DA COMPÓS. Anais... Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho, Comunicação e Sociabilidade. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 14 a 17 de junho de 2011.

GROSSI, M. Pi. (1994). **Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil**. *Estudos Feministas*, v.2 473-483. 2º semestre, 1994

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 1997

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 3.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

JORNAL LIBERAL. **Assassinatos em Antônio Pereira apavoram moradores**. Disponível em: <<http://antigo.jornaloliberal.net/noticia/assassinatos-em-antonio-pereira-apavoram-moradores>> Acesso: 10 mai. de 2018.

JORNAL PONTO FINAL. **Preso suspeito de esfaquear ex-mulher em Ouro Preto**. Disponível em: <<http://www.jornalpontofinalonline.com.br/noticia/5660/preso-suspeito-de-esfaquear-ex-mulher-em-ouro-preto>> Acesso: 10 mai. de 2018.

JR and Marco; **Face 2 Face project. Palestina e Jerusalém**, 2007 Disponível em: <<http://www.jr-art.net/projects/face-2-face>>. Acesso: 14 dez. de 2017.

Lambe-lambe in Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico [em linha]. Porto: Porto Editora, 2003-2018. [consult. 2018-01-22 21:29:08]. Disponível

em:<<https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/lambe-lambe>>. Acesso em: 26 mai. de 2018.

MENDONÇA, E. M. S. **Apropriações do espaço público: alguns conceitos**. ESTUDOS E PESQUISAS EM PSICOLOGIA, UERJ, RJ, ANO 7, N. 2, 2ª SEMESTRE DE 2007 p. 122 a 132.

OLIVEIRA, R. de C. A. **Estéticas juvenis: intervenções nos corpos e na metrópole**. Comunicação, mídia e consumo, São Paulo, v. 4, n. 9, 2007.

OLIVEIRA, A. K. Fonseca, C. G.; MARQUES, A. C. **Superfície da cidade: arte, cotidiano e política nas intervenções urbanas**. Rumores, pp. 127- 149. Jul, dez, 2015.

PASSOS, E.; BARROS, R. B. **A cartografia como método de pesquisa-intervenção**. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCOSSIA, L.(org). Pistas do método da cartografia: pesquisa e produção de subjetividade. Porto Alegre: Editora Sulina; p. 17-31, 2009.

PORTAL DA CIDADE. **Vítima é morta no bairro Santa Rita de Cássia**. Disponível em: <<https://mariana.portaldacidade.com/noticias/policial/vitima-e-morta-no-bairro-santa-rita-de-cassia>> Acesso: 10 mai. de 2018

PROENÇA Leite, Rogerio. **A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 25, núm. 72, febrero, 2010, pp. 73-88. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo, Brasil. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10713660006>> Acesso: 23 nov. de 2018.

QUARESMA, V. B. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevista em Ciências Sociais**. Em Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC, p. 68-80, 2005.

RIBEIRO, M. **O surgimento da Lei Maria da Penha e a violência doméstica no Brasil**. Out, 2016. Disponível em Jus Brasil: <<https://jus.com.br/artigos/52584/o-surgimento-da-lei-maria-da-penha-e-a-violencia-domestica-no-brasil>>. Acesso em: 11 jun. de 2018.

SAFFIOTI, H. I. B. **Violência de gênero no Brasil atual**. Estudos Feministas, p.443-461, 1994

SANTOS, M. da C. dos. **Corpos em trânsito: casos de assédio sexual nos transportes coletivos de Aracaju**. In: V SEMINÁRIO ENLAÇANDO SEXUALIDADES, 2015, Salvador. Anais. Salvador: Uneb, 2015. ISSN 2238-9008.

SILVA, A. O. **O assédio sexual nos espaços públicos**. Disponível em: <http://cabodotrabalhos.ces.uc.pt/n10/documentos/3.3.1_Ana_Cristina_de_Oliveira_Silva.pdf>. Acesso em: 01 abr. de 2018.

SILVA, H. T. **Cartaz lambe-lambe, comunicação visual e arte nos espaços de trânsito**. Tese (Mestrado). Universidade Federal de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Goiânia, 2015.

SILVA, R. R.; VENEROSO, M. C. F. **Arte gráfica de protesto: Reflexões acerca dos cartazes políticos das jornadas de junho**. Belo Horizonte, 2006.

SOUSA, L. R. **Arte como possibilidade de enfrentamento às violências contra as mulheres**. 2016. 66 f., il. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social) Universidade de Brasília. Brasília, 2016.

THINK OLGA. **Resultados da pesquisa “Chega de FiuFiu”**. Disponível em: <<http://thinkolga.com/2013/09/09/chega-de-fiu-fiu-resultado-da-pesquisa/>>. Acesso em: 20 mai. de 2018.

ANEXOS

ANEXO A – REQUERIMENTO QUE DISPÕE SOBRE CARTAZES EM MARIANA

Câmara Municipal de Mariana
 Mariana, 15/02/17
 Votou: agame

CÂMARA MUNICIPAL DE MARIANA
 Praça Minas Gerais, 89 - Centro - Mariana - MG
 www.camarademariana.mg.gov.br

Requerimento N.º 30 /2017

Dileto Plenário,

O Vereador que esta subscreve, regimentalmente amparado, apresenta à Mesa, ouvido o Plenário, para que após aprovado, seja encaminhada cópia do expediente aos órgãos competentes e de fiscalização, requerendo destes que fiscalizem baseado no Código de Postura Municipal a proliferação da poluição visual em vias públicas dos bairros e rodovias adjacentes de nossa Cidade com a fixação de outdoor e fixação de cartazes de propagandas, vendas e eventos nos pontos de ônibus de nossa cidade, e que o Chefe do Executivo encaminhe a essa Casa de Leis Projeto de Lei específico regulamentando esta atividade.

Justificativa:

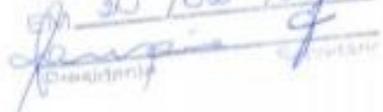
É público e notório que vedado pelo patrimônio público à instalação de outdoors no Centro Histórico os bairros periféricos, ponto de ônibus, muros, prédios e rodovias que margeiam nossa Cidade estão sendo invadidos por outdoors de propaganda, a poluição visual chega até mesmo próximo ao Paço Municipal, inclusive, painéis eletrônicos, merecendo do Executivo Municipal que encaminhe a essa Casa de Leis projeto de Lei específico regulamentando esta atividade, enquanto isso não ocorre que sejam tomadas medidas providenciais pelo departamento de fiscalização e postura do Município, contendo a poluição desenfreada.

Anexos fotos do desrespeito e da poluição visual que vem crescendo de forma desregrada em nossa Cidade.

Nestes termos,
 Pede e Espera Deferimento

Mariana, 14 de fevereiro de 2017.


 Fernando Sampaio de Castro
 Vereador

APROVADO POR UNANIMIDADE
 30/02/2017

 Presidente